

ISSN 1980315-X



Impresso
Especial

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

...CORREIOS...

Adverso

Nº147 - MAIO/2007

Um caminho para a universalização?

Proposta de reforma estrutural do modelo de universidade, que prevê mais autonomia do aluno, ampliação de vagas e o fim do vestibular, vem sendo discutida em todo o País e está prestes a ser implantada na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Seminário dá início à discussão na Ufrgs.

ENTREVISTA

Ludwig Buckup, professor e pesquisador da Ufrgs, aponta os graves riscos da monocultura de eucalipto para o estado.



Faça parte dessa história



Fundada em 1978, a Adufrgs surgiu em meio à luta pela anistia e pela democratização do País e da Universidade. Em um cenário de tantas incertezas e temores, a fundação de uma entidade com tais propósitos revelou a coragem, o espírito combativo e o grau de engajamento e atuação dos professores da Ufrgs, que perduram até hoje.

Em busca da defesa dos interesses profissionais dos seus filiados, a Adufrgs, integrada ao Movimento Docente Nacional, alcançou conquistas:

- **1981** – reajuste salarial e integração dos “professores colaboradores” na carreira.
- **1987** – Isonomia de carreira e salários entre todas as Instituições federais de ensino superior, para carreira e novo salário.
- **1988** – Importante contribuição à nova Constituição brasileira que beneficiou o ensino, as universidades e os professores.
- **1998** – Gratificação de estímulo à docência.
- **2006** – Melhoria na carreira com introdução da classe de professor associado.

Participou de lutas em nome dos professores da Ufrgs tendo êxito em inúmeras questões jurídicas:

- URP 89 (26%) - paga para mais de 2000 docentes ativos e aposentados.
- 3,17% - incorporados em folha e em ação para cobrança dos atrasados. Lutando para estender este direito a todos.
- 28% - fase de execução, pendente de recurso da Ufrgs.
- GED integral para aposentados.

**Filie-se à Adufrgs
se ainda não for associado
e lute por seus direitos
junto conosco.**

ADufrgs
SEÇÃO SINDICAL DA ANDES/SN
ASSOCIADA AO PROIFES
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

www.adufrgs.org.br

ADufrgs
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS



Seção Sindical da Andes-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

Diretoria
Presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
1º vice-presidente: Cláudio Scherer
2º vice-presidente: Lúcio Hagemann
1º secretário: Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira
2º secretária: Maria Luiza A. Von Holleben
1º tesoureiro: Marcelo Abreu da Silva
2ª tesoureira: Maria da Graça Saraiva Marques
1º suplente: Mauro Silveira de Castro
2º suplente: José Carlos Freitas Lemos

ADverso

Publicação mensal impressa
em papel *Reciclato* 75 gramas
Tiragem: 4.500 exemplares
Impressão: Comunicação Impressa
Produção e edição: Veraz Comunicação Ltda
Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)



Reportagem: Maricélia Pinheiro,
Clarissa Pont e Zaira Machado (RJP 7812)
Fotos: Clarissa Pont
Ilustrações: Telmo Guerreiro
Projeto gráfico e diagramação: Fabricia Osanai

Pelo Direito à Negociação Coletiva e em defesa da Previdência Social

A aprovação do PLP01/07, que limita os gastos dos poderes da União à variação do IPCA+1,5% até 2016, é um brutal ataque do Governo Federal não apenas aos servidores federais, mas à qualidade do Serviço Público, à expansão das Universidades Federais, do sistema de Saúde Pública, do Controle Aéreo e da Segurança Pública.

Ao contrário do que se tem afirmado, os gastos da União com o pagamento dos servidores públicos do Executivo têm caído em relação ao PIB e encontra-se em níveis muito inferiores aos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. O crescimento vegetativo da folha de pagamento absorverá os 1,5% referidos acima e o PLP01/07 não garantirá reajuste igual à inflação porque nos gastos de pessoal estão incluídos os recursos para pagamento dos novos professores e técnicos, para as novas e atuais universidades, novos médicos e outros profissionais da saúde, controladores aéreos e outros servidores. Ou se garante reajustes salariais para recompor os salários ou se contrata novos e necessários profissionais. Serão 10 anos sem aumento ou 10 anos sem expansão do serviço público. É preciso deixar claro que é esta política de juros altos e de superávit primário elevado que leva à necessidade de arrochar os salários dos servidores e diminuir os serviços que a população precisa.

Os servidores federais, ao contrário dos trabalhadores da iniciativa privada, não têm direito à negociação coletiva, a dissídio coletivo e à data-base. Temos conseguido avanços em nossas carreiras e reposição salarial abaixo da inflação normalmente graças a muita mobilização e pressão. Os professores universitários federais acumulam perdas inflacionárias de 20% a 50% em relação a 1995 e não temos nenhuma perspectiva de recuperar estas perdas este ano.

Não aceitamos igualmente a mistificação do déficit da Previdência. Os servidores públicos ativos contribuem com 11% do seu salário bruto e os aposentados com 11% do que excede o Teto do RGPS. Isto é muito mais do que o máximo que a lei permite que seja pago pelos trabalhadores da iniciativa privada. O propalado "déficit" não é decorrente da falta de contribuição dos servidores, mas do desvio do patrimônio acumulado pela Previdência Pública, da má gestão, da não contribuição do Tesouro, das malversações e do uso indevido de recursos. Os verdadeiros motivos para mudar a Previdência estão ligados à gigantesca pressão do mercado financeiro que, via Fundos de Pensão, busca apoderar-se de uma enorme quantidade de recursos, aumentando ainda mais a concentração de renda no País. Os trabalhadores da iniciativa privada já sofrem com a não correção real das aposentadorias e com as distorções do fator previdenciário, que prejudica os mais pobres e os que começam a trabalhar mais cedo. Os funcionários públicos que ingressaram desde 2004 não têm mais direito à aposentadoria integral, mesmo pagando por isso. Chega de manipulação, mistificação e mentiras! Defendemos o direito de todos os trabalhadores a se aposentar dignamente e somos contrários ao confisco das aposentadorias pelo mercado financeiro.

Diretoria da Adufrgs

4. Universidade Nova

6. Seguridade Social

7. Monocultura de Eucalipto

8. Entrevista

"Em 14 anos, 3,4 mil tocos de eucalipto no chão..."

LUDWIG BUCKUP, fala sobre a produção de celulose no estado.

12. Prestação de Contas

13. Práticas de ensino limitam o uso da língua

Na edição passada, iniciamos uma discussão sobre como a universalização do ensino não tem garantido, na prática, o aprendizado. Nesta, nos detemos na questão da escrita, tomada como base para o apropriação do saber.



14. Entrevista

"Falta de diálogo e compreensão entre professores e alunos é um dos fatores do fracasso escolar", SILVIA COLELLO, professora da USP.

17. Artigo

Showrnlismo, o ensino da covardia por Wladimir Netto Ungaretti

20. Vida no Campus

22. Navegue

23. Orelha

24. Hipermídia

Sobre Anjos e Grilos

26. Observatório

27. A História de Quem Faz

Debate começa em Porto Alegre

Seminário promovido pela Adufrgs reuniu os reitores das universidades federais da Bahia, Naomar Monteiro de Almeida Filho e do Rio Grande do Sul, José Carlos Ferraz Hennemann e contou com a participação de professores, funcionários e estudantes.

por Maricélia Pinheiro

O tema instiga quem ouve falar a querer saber mais, desperta dúvidas e inseguranças. E não é por pouco, pois a proposta promete uma mudança radical na estrutura do ensino superior brasileiro. Permite que um número muito maior de pessoas possa circular pelo ambiente acadêmico e beber nas mesmas fontes de saber, sem que sejam obrigados a seguir uma profissão. "Há vida inteligente fora das formações profissionais", observa Naomar Monteiro, para explicar os talentos que, muitas vezes, ficam fora da universidade devido a sua organização atual e à forma de ingresso.

A autonomia pode ser considerada o eixo que sustenta a proposta da Universidade Nova, que começou na Federal da Bahia (UFBA), ganhou apoio da Universidade de Brasília (UNB) e da recém-fundada Federal do ABC (UFABC) e já envolve, ao todo, sete universidades. Nela, o aluno é quem monta seu currículo e traça o seu próprio caminho acadêmico, podendo optar por formações mais curtas ou mais longas, organizadas em módulos. "No modelo atual, se o aluno deixar de cursar o último semestre ele sai sem diploma. Na nossa proposta, a cada ciclo completado, ele ganha um diploma", explica Monteiro.

E ao permitir uma maior interdisciplinaridade, auxilia ainda a universidade a cumprir o propósito original de associar ensino, pesquisa e extensão. "A indissociabilidade é atingida quando, no mesmo ato se produz conhecimento, se transforma a sociedade, a natureza e a história e se forma sujeitos. Isso nós já conseguimos em certos núcleos e setores da universidade. Infelizmente não na graduação", ressalta Monteiro. Essa dissociação, para o reitor, nasce nos conceitos equivocados de monitoria e de grupo de pesquisa. "É algo quase piramidal, onde temos o pesquisador líder, os pesquisadores associados, os alunos de doutorado, os alunos de mestrado e os de iniciação científica. Essa organização recompõe, de modo informal, a velha cátedra. A integração das unidades de produção acadêmica, no sentido mais amplo, não deve dissociar a ação social, a produção do conhecimento e a participação no ensino", completa.

Essa mudança em toda a arquitetura da universidade promete impactar de maneira positiva a educação básica, na medida que quebra o ciclo vicioso de todo o sistema educacional em relação à falta de autonomia do sujeito na construção do seu próprio saber. "O modelo atual de

ensino superior lança um sinal para a educação básica de que para entrar na universidade pública precisa passar no vestibular. E aí o vestibular vira o regulador do ensino básico. Essa relação orgânica em algum lugar tem que ser quebrada e a proposta da Universidade Nova é quebrar na universidade. Porque a universidade, ao persistir no modelo vigente, está dando sinais ao ensino básico de que ele pode se manter dessa maneira distorcida, enviesada, que não tem problema, que a universidade está aí para receber os que sobrevivem ao vestibular", analisa.

O fim do vestibular

O vestibular, nos moldes atuais, seria abolido. Com o aumento da oferta de vagas no ciclo básico, chamado de Bacharelado Interdisciplinar (BI), diminuiria significativamente a relação aluno/vaga, o que permitiria uma seleção com base no desempenho escolar do aluno ao longo do ensino médio. Ou ainda uma outra forma que levasse em conta a capacidade do aluno não de responder questões pontuais, mas de fazer uso significativo do conhecimento adquirido. Para Monteiro, o vestibular nada mais é do que um "adesamento", cuja eficiência está condicionada ao poder aquisitivo do aluno. É bom deixar claro que, na proposta em debate, o aluno passa por um novo teste de seleção antes de ingressar na formação profissional, mas desta vez será avaliado em aspectos bem específicos da profissão escolhida e na mesma linha subjetiva do exame prestado para a entrada na universidade.

Maior aproveitamento de recursos humanos

Uma das críticas que o projeto Universidade Nova vem sofrendo o projeto Universidade Nova diz respeito ao aumento da relação aluno/professor, o que sugere uma atual subutilização dos recursos humanos, quando uma das bandeiras de lutas mais antigas dos professores é a contratação de mais pessoal. A explicação, em princípio, parece lógica: "A estrutura de formação vigente regula toda a trajetória de formação com as relações na conclusão. Em um curso de medicina, por exemplo, com 300 professores para 900 alunos, a relação 3 para 1 é correta para internato e residência, que são processos de tutoria. Mas não é possível desenhar todo o curso de Medicina em função dessa relação.

O sistema modular proposto permite racionalizar, ou seja, nos momentos em que a relação pode ser ampliada, amplia-se e mantém-se a relação restrita nos momentos específicos de formação de prática”.

Preparação dos docentes

Diante de uma proposta que implica a alteração não só da arquitetura da universidade, mas também da estrutura do pensamento da sociedade na qual estamos inseridos, surge uma pergunta básica: e os professores que aí estão, como se adaptariam ao novo modelo? Para o reitor da UFBA existe hoje um grande desperdício de energia e de entusiasmo dentro da universidade, porque há muitos que querem mudá-la, mas passam muitas vezes toda a carreira acadêmica “lutando contra a instituição”, desperdiçando uma energia que poderia ser usada para a construção de um novo modelo.

Monteiro faz severas críticas à forma como são escolhidos os professores atualmente, que ele chama de “o mais eficiente processo produtivo de clones”, onde um grupo de professores escolhido pelo departamento de acordo com um certo perfil avalia se os candidatos são capazes de dar a aula número tal de um programa pré-existente. “Isso é realmente muito eficiente para produzir sujeitos à semelhança daqueles que aí estão. Aí o segredo é a gente aproveitar as possibilidades de renovação de quadros nas universidades e fazer uma renovação verdadeira e não a reposição de perfis superados. Recrutar pessoas que tenham algum compromisso com a criatividade, a inovação”, sugere.

Estímulos

Qual seria a motivação para um professor experiente e de renome lecionar no ciclo básico? Esse questionamento surgiu durante o seminário realizado em Porto Alegre. Naomar acredita que os temas a serem tratados não BI atrairão, naturalmente, os professores. “Imaginem discutir aquecimento global, a sobrevivência planetária. Nós não temos isso introduzido no repertório de questões importantes na formação universitária atual. Então, eu acredito que esse estímulo pode ser ativado através da própria natureza dos temas. Por exemplo, considerar a ciência como cultura científica. Quer dizer, ciência deixa de ser algo feito por alguns obsessivos compulsivos que se sacrificam como sacerdotes no isolamento de sua bancada de laboratório. Ciência passa a ser cultura”, argumenta.

Outro questionamento que surge sempre em debates sobre a Universidade Nova é como compatibilizar a redução na formação profissional com o avanço tecnológico. “A única solução possível é que cada vez menos a formação deve ser por conteúdos e sim por métodos. O que nos cabe como missão seria capacitar os sujeitos a descobrir e inventar formas de aprender. Porque o velho formato cumulativo de informação como formação profissional há décadas é ineficiente. A concentração e a transformação tecnológica são tão fortes que posso ousar dizer que, nesse momento, estamos formando profissionais já obsoletos”, acredita.



SEMINÁRIO: reitor da UFBA (esq.) veio a Porto Alegre falar sobre a Universidade Nova.

Fotos Clarissa Pont

Decreto Reuni*

A Universidade Nova, segundo Naomar Monteiro, antecede e muito o chamado Decreto Reuni presidencial e surge dentro das universidades. “Na verdade, estamos recuperando um conjunto de idéias que já foram postas em prática no Brasil nas décadas de 30 e de 60. O projeto do MEC que se intitula Reforma da Educação Superior curiosamente só tem um artigo que diz respeito à estrutura curricular. É um projeto que não tem grande repercussão acadêmica, que trata da regulamentação e da organização das instituições, mas não da estrutura de ensino. E isto que chamamos de Universidade Nova é justamente um esforço das universidades de exercerem, através de sua autonomia, o protagonismo na reestruturação do ensino”, diz.

De acordo com Monteiro, o Decreto Reuni vem trazer uma possibilidade de financiamento, “porque cria um fundo reservado a cada instituição de até 20% do seu orçamento para custeio pessoal, caso a universidade apresente propostas de reestruturação curricular, com foco especial na graduação”. Isso não significa, ressalta o reitor, um apoio específico à Universidade Nova, mas apenas que os aspectos levantados pela proposta como problemas a serem resolvidos são de algum modo compartilhados com o Decreto, como a evasão, a ampliação de vagas, os cursos noturnos, a reestruturação curricular, a assistência estudantil e os programas de ações afirmativas. “São temas convergentes e nossa interpretação é de que nisso o governo está cumprindo com seu dever, que é de aportar recursos para que as instituições sejam capazes de criar processos de transformação da sua própria concepção”, avalia.

Para o reitor da Ufrgs, José Carlos Hennemann, a implantação do projeto Universidade Nova na Federal da Bahia servirá como laboratório para o resto do País. A Federal do ABC, que começou a funcionar no ano passado, já atua nos moldes da nova proposta, que deve ser implementada em breve também na UNB.

*Decreto 6096, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

Uniti congrega e estuda a velhice

Para incrementar estudos sobre velhice e longevidade, surgiu em 1991 a Universidade para a Terceira Idade (Uniti), vinculada ao Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Ufrgs.

A Uniti envolve homens e mulheres que já passaram dos 60 anos para desenvolver um trabalho de resgate da atuação cidadã e ajudar nos estudos sobre a velhice realizados pela Ufrgs.

Os encontros semanais, que congregam cerca de 150 pessoas, fazem parte das atividades permanentes da Uniti e priorizam, segundo a organização, "o incentivo ao trabalho voluntário e comunitário como forma de contribuição e produção social". Os participantes se reúnem às segundas-feiras, durante o ano letivo, em dois grupos que se formam no início de cada semestre. "A programação está muito boa, estamos desenvolvendo o cronograma de 2007 com seminários e trabalhos de equipe, além da formação de diversos grupos", afirma a professora Odair Perugini de Castro, psicóloga e gerontóloga social, com doutorado em Pedagogia. A coordenação do projeto é dividida com a psicóloga e doutora em Educação Regina Ogler Sordi.

Para Paulo Kroeff, ex-diretor do Instituto de Psicologia, "um dos méritos do

projeto Uniti é oferecer oportunidades de interação entre pessoas idosas, através de atividades de extensão, tanto para eles quanto para outras pessoas. Além disso, este projeto congrega estudiosos e pesquisadores que ampliam e divulgam o conhecimento sobre o envelhecimento humano". Ele ressalta que a velhice é "afinal, sempre uma boa idade para se viver, se soubermos aproveitar de cada fase da vida seus aspectos positivos, sem centrar-se em eventuais limitações, que qualquer idade representa. Gostaria de mencionar que na sua própria maneira de viver, a professora Odair oferece um modelo de como viver a fase da velhice: de forma ativa, produtiva, saudável, e com alegria. Na verdade, é um modelo para se viver em qualquer idade".

Os assuntos abordados na Uniti também não têm nada de velhos. Cultura, arte e corpo são preocupações constantes nos debates. Em 2005, a memória foi o tema de discussão, no ano seguinte as emoções e o estilo de vida nortearam os estudos. Ciclos de cinema também têm espaço garantido.



METAS

A Uniti realiza estudos gerontológicos e programas comunitários baseados em alguns objetivos:

- Oportunizar o estudo da velhice
- Produzir acrescentamentos e transformações de papéis, em busca de uma identidade cidadã
- Estimular o agenciamento de atividades comunitárias
- Oportunizar espaços de troca de idéias, sentimentos e produção individual e coletiva
- Construir conhecimento na área de Gerontologia Social, oferecendo subsídios a políticas públicas e a estudantes de graduação e pós-graduação
- Proporcionar o reconhecimento pelo idoso, do próprio potencial e o resgate do seu valor social.

Fronteiras do corpo

Para conhecer um pouco mais do trabalho da Uniti, a Adverso recomenda o livro *Envelhecer - Revisitando o corpo*. Com organização da professora Odair de Castro, a obra reúne dez artigos cujo tema central é o corpo. A discussão dos condicionamentos e das marcas culturais de várias dimensões está presente, sejam elas físicas, intelectuais, afetivas, morais ou espirituais. "Pretende-se situar o homem no mundo em constante transformação, em sua busca para dar um sentido a sua vida de jovem ou de velho. Procura-se a compreen-

são do homem em suas preocupações frente a vida contemporânea e em seus anseios para acessar um saber sobre o próprio corpo e sua história. O livro sugere que fiquemos perto do nosso corpo, definindo suas fronteiras, descobrindo seus limites e redescobrando seus diferentes ritmos", explica a apresentação.

Envelhecer - Revisitando o Corpo
Odair de Castro (organizadora)
Nota Dez Editora
136 págs

Envelhecer - Revisitando o corpo

Autores:
Odair Perugini de Castro (organizadora)
Irene Silva dos Angeles
Johannes Doll
Luciana Kariakó de Souza
Luz Osvaldo Leite
Maria Carmelita dos Santos
Maria Clara Pinheiro de Paula Couto
Olga Collares Heredia
Paulo Kroeff
Rosângela Mori Schaurich
Seymour de Matos
Sergio Antonio Carlos
Tatiana Quattri Higstey

NOTADEZ

MONOCULTURA DE EUCALIPTO

Ameaça ao Bioma Pampa, destruição da área agricultável pela arenização dos solos férteis, escassez de água, aumento de pragas, perda da biodiversidade, extinção de plantas e animais. Cada item desta lista é o resultado do plantio extensivo de árvores exóticas em território riograndense. Desde que o governo gaúcho afrouxou as diretrizes do Zoneamento Ambiental da Silvicultura, plantações de eucalipto em larga escala começaram a mudar a paisagem do pampa. Por trás do deserto verde em expansão, estão os interesses de grandes empresas privadas e sua estreita relação com o modelo econômico encampado pelo governo de Yeda Crusius.

por Clarissa Pont

Foi o próprio governador Germano Rigotto, então em início de mandato, que anunciou a decisão da Votorantin e da Stora Enso de investir na metade sul do Estado. Nesta época, a Aracruz (ex-Riocell), transnacional do setor de celulose, já vinha atuando na região. Com a intensificação do plantio de eucalipto, matéria-prima da indústria de papel, tornou-se urgente a necessidade de um estudo sobre os impactos ambientais do cultivo de plantas exóticas e definição das áreas próprias para esta finalidade.

Com a escassez de recursos humanos e materiais, e atropelada pela ação das empresas, a Fepam iniciou estudos que, ao final, limitam o plantio em locais que incluíam terras adquiridas pelas empresas e onde o plantio já havia sido feito. O relatório da Fepam desagradou a governadora e provocou o protesto das empresas. Alegando que as restrições inviabilizavam a produção, elas ameaçaram abandonar o Estado. "A alegação de que o zoneamento proposto pela Fepam é restrito não se sustenta. O projeto permite a utilização de nove milhões de hectares com atividades de silvicultura. Uma disponibilidade de área nesta dimensão, de maneira alguma, pode ser considerada restritiva", argumentou o deputado Elvino Bohn Gass, presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa.

Para o grupo Defesa da Vida Gaúcha (www.defesa.biogaucha.org), os impactos sobre o ambiente podem ser irreversíveis. No Espírito Santo, por exemplo, 3% das terras foram destinadas às monoculturas de árvores exóticas, o que representa entre 20% e 25% das terras produtivas. No Rio Grande do Sul, a estimativa é que em pouco mais de uma década um milhão de hectares estejam ocupados por árvores exóticas. De acordo com o engenheiro agrônomo Sebastião Pinheiro, "no Espírito Santo, mais de 200 arroios e rios desapareceram nos últimos 20 anos". Integrante do Núcleo de Economia Alternativa da Ufrgs, Pinheiro adverte que este modelo diminuirá ainda mais a altura do nosso lençol freático e trará graves consequências para todo o Brasil. "O eucalipto é uma planta de vida curta, derrubada a cada sete ou oito anos e transformada em celulose, não é para ser observada como uma árvore, porque não tem uma infância, uma adolescência, uma maturidade e

uma velhice. O eucalipto é um investimento financeiro, que não tem nada a ver com árvores", afirma.

O comprometimento dos recursos hídricos é mais um problema para as futuras gerações. Em 2004, 85% dos municípios declararam estado de calamidade pela falta de água. Situações assim vêm ocorrendo cada vez com mais frequência. Dados do grupo Defesa da Vida Gaúcha revelam que uma árvore de eucalipto consome 36,5 mil litros de água por ano. Multiplicado por 28 milhões de árvores plantadas em solo gaúcho, o consumo é maior do que o índice médio de chuvas em todo estado.

Outro dado para refletir diz respeito ao papel que vem sendo desempenhado pela Universidade Pública. Segundo o jornalista Marco Aurélio Weissheimer, em matéria da Agência Carta Maior, a escassez de recursos abre espaço para que as empresas de celulose se tornem financiadoras de pesquisas. Em Rio Grande, o Movimento Universitário Unificado promoveu o 1º Acampamento de Alerta ao Papel da Universidade Pública, na Fundação Universidade Federal de Rio Grande (Furg), organizado para desmentir professores que têm utilizado o nome da universidade para defender empresas de celulose. O alerta está relacionado à expansão dos desertos verdes e à instalação de um pólo de celulose na região.

Em Porto Alegre, mulheres da Via Campesina e estudantes conseguiram a suspensão de um protocolo de cooperação entre a Ufrgs e a Aracruz Celulose. Em audiência com o reitor José Carlos Hennemann e o vice-reitor Pedro Fonseca, os manifestantes argumentaram que estabelecer parceria com a Aracruz significa concordar com a destruição ambiental e social provocada pelas multinacionais do eucalipto. Os estudantes também lembraram "as práticas de violações aos direitos humanos que marcam a trajetória da Aracruz Celulose em todos os estados, em especial contra indígenas e quilombolas no Espírito Santo". Destacando o compromisso da Universidade com as questões ambientais, o reitor José Carlos Hennemann garantiu que a Ufrgs não assinará "nenhum protocolo ou convênio para pesquisas que sejam prejudiciais à sociedade".



"Em 14 anos, 3,4 mil tocos

"...aí essas empresas vão embora e nós ficamos aqui com uma miséria representada por 1 milhão de hectares de toco de eucalipto". As palavras do professor Ludwig Buckup criam uma imagem amedrontadora, resultado da monocultura de árvores exóticas para produção de celulose no Estado. A entrevista do professor do Departamento de Zoologia do Instituto de Biociências da Ufrgs à Adverso aconteceu em um dia que ficará marcado na História do Rio Grande do Sul pelo descaso governamental com o meio ambiente. No dia 3 de maio, depois de uma semana de tensas negociações que culminaram na demissão da secretária do Meio Ambiente e do presidente da Fepam, a governadora Yeda Crusius resolveu passar uma borracha no zoneamento ambiental, desconsiderando o trabalho realizado pela Fepam. Buckup anunciou que a ONG Igrê, da qual faz parte, ingressará com uma ação civil pública, apoiada por outras organizações, garantindo que o zoneamento seja encaminhado ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), como deveria ter acontecido. Professor titular da pós-graduação em Biologia e doutor em Ciências Naturais pela Universidade de Tübingen (Alemanha), Buckup está convencido de que o importante é "procurar alternativas tecnológicas que preservem o ambiente e favoreçam atividades na indústria, na agricultura e na administração pública. Isso é ciência e este é o papel da Universidade".

por **Clarissa Pont**

Adverso – O Espírito Santo é um exemplo inquietante das conseqüências da monocultura de eucalipto: aumento de pragas, comprometimento dos recursos hídricos, desrespeito por áreas indígenas e quilombolas. É este o destino do Rio Grande do Sul?

Ludwig Buckup – Se as empresas tiverem liberdade para agir como elas têm agido no resto do Brasil, sim. Diante de exemplos anteriores, esperava-se que os órgãos ambientais do Governo exercessem uma fiscalização sobre estas propostas de lavoura arbórea. Lamentavelmente, o governo tem mostrado que não está a fim de fazer isso, liberando plantios em qualquer lugar e de qualquer maneira. É uma ameaça muito grande para o nosso espaço natural. No Espírito Santo, o retrato desse descabro está nos *out doors* da Aracruz espalhados pelas estradas: "Nós trazemos o progresso. A Funai, os índios". Isso é um desaforo. O Brasil deveria mandar essa gente embora, urgentemente.

Adverso – Qual a importância do zoneamento da silvicultura para evitar tais problemas?

Ludwig Buckup – Antes de mais nada, o zoneamento é uma exigência da lei, o Código Estadual de Meio Ambiente determina que ninguém pode promover uma atividade agrícola, que implica em profundas modificações ambientais, sem licenciamento. E não pode haver licenciamento sem um trabalho que identifique as zonas do Estado mais ou menos aptas para receber investimentos de natureza silvicultural. O zoneamento é um excelente documento, foi feito por pessoas qualificadíssimas, baseado em informações altamente confiáveis e referenciais

bibliográficos incontestáveis. E em alguns lugares não se deve plantar nada, em uma vasta área disponível pode-se plantar moderadamente. O zoneamento mostra que o Estado possui nove milhões de hectares disponíveis para plantar eucalipto. Acontece que, durante o Governo anterior, aceitaram a vinda das empresas sem que fosse dito: "olha gente, aqui não é terra de ninguém". É como se tivessem dito: "plante o que a gente garante". Só que fizeram o zoneamento porque a lei manda. Só aí viram que não era bem assim. Parte importante das terras já compradas está em locais não apropriados e as empresas estão em cima do Governo. Quem criou este problema foi o Governo do Rio Grande do Sul. Como permitem que essas empresas iniciem suas atividades, comprem terras e comecem a plantar através de documentos de alta questionabilidade jurídica, como o tal de TAC? Como permitem isso sem o zoneamento feito? Sequêr aparelharam a Fepam de maneira adequada, com mais gente, recursos, combustível, técnicos. A Fepam, com todas conhecidas dificuldades, teve que arcar com uma tarefa gigantesca, finalizada com total dedicação e qualidade.

Adverso – É possível um manejo adequado ao ecossistema, o solo agüentaria o cultivo de outras espécies entre as fileiras de eucalipto?

Ludwig Buckup – Em alguns lugares do mundo, existe uma proposta que se chama de unidade agrosilvopastoril, ou seja, para não abandonar por inteiro as atividades tradicionais de campo, a proposta é que elas estejam juntas no espaço rural. A idéia foi desenvolvida por pesquisadores aqui no Rio Grande do Sul. O eucalipto seria plantado em fileiras duplas, no máximo triplas, e



de eucalipto no chão..."



Clarissa Pont

Ludwig Buckup – Não é exagero, é exatamente isso. A obrigação do Governo é priorizar, ao lado do desenvolvimento econômico, a preservação ambiental. O Brasil, na Eco 92, assinou inúmeros compromissos internacionais, inclusive perante a Organização dos Estados Americanos (OEA), de só admitir desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade é um termo que surgiu na área ambiental e significa que você pode crescer, pode gerar desenvolvimento econômico e pode usar recursos naturais, mas de tal maneira que sobre o suficiente para as gerações subsequentes. O que está acontecendo no Rio Grande do Sul não é sustentabilidade, é a repetição de uma mesma história de exaustão dos recursos até as últimas reservas. O eucalipto pode trazer renda, mas é essencialmente para o dono da empresa e existem custos ambientais elevados nesta atividade agrícola. Para começar, é preciso varrer por definitivo desta discussão o nome florestamento ou reflorestamento. Na região reservada para o plantio dos eucaliptos, nós temos o pampa há doze mil anos, nunca teve floresta ali. Não se pode falar em reflorestamento porque plantar árvores significa uma profunda modificação da paisagem, com reflexos fortes que o ambiente não será capaz de suportar. A natureza sabe que, em função dos nutrientes disponíveis, do solo e da quantidade de água, a paisagem deve ser de campo. O eucalipto tem uma enorme taxa evapotranspiratória, ou seja, chupa muita água. Ele vai buscar água no solo e nos arroios, rios e lagos. A secagem completa de fontes de água já foi descrita com detalhes em publicações científicas importantes e aconteceu em lugares como o sul da África, na Península Ibérica

haveria um espaço livre de cerca de dez metros até a próxima fileira. Nesses corredores, milho, trigo, soja, sorgo, girassol seriam plantados enquanto o eucalipto é pequeno. Além disso, plantas forrageiras para atividade pecuária. Lógico que isso só é possível enquanto o eucalipto é pequeno. Mas as empresas não querem fazer isso. Os diretores da Stora Enso disseram publicamente a seguinte frase: nós viemos para plantar eucalipto e colher madeira. Ou seja, qualquer atividade desse gênero, que é interessante, não será adotada pelas empresas. Até porque plantar poucos eucaliptos é completamente antieconômico para eles.

Adverso – O governo de Yeda Crusius anulou o parecer técnico da Fepam sobre o zoneamento para silvicultura. O que leva um governo a deslegitimar a opinião de técnicos de um órgão com a estatura da Fepam? É exagero dizer que, neste caso, o Estado não está sendo agente dos interesses públicos, mas sim dos interesses privados?

“O que está acontecendo no Rio Grande do Sul não é sustentabilidade, é a repetição de uma mesma história de exaustão dos recursos até as últimas reservas”

e em um lugar próximo daqui, o pampa argentino. Aliás, nem é preciso apelar para a ciência, qualquer habitante do interior sabe que plantar eucalipto é ótimo para secar banhado.

Adverso – Quais as consequências destas alterações?

Ludwig Buckup – São alterações profundas e, naturalmente, quando existe degradação ambiental, junto acontece a piora da qualidade de vida das pessoas. Existe uma propaganda das empresas de que surgiria grande quantidade de emprego, cerca de 30 mil, mas isso é uma falácia. A silvicultura não oferece tantos postos de trabalho porque ninguém mais planta eucalipto com as



mãos, tão pouco abate, porque o processo é totalmente mecanizado. De resto, já se observou e eu tenho visto pessoalmente, que os maiores bolsões de pobreza do Brasil rural estão junto aos grandes empreendimentos florestais. Porque depois que a terra das pessoas está cheia de eucalipto, não tem mais serviço. Vai fazer o que durante oito anos até o abate? Ele vai ter que sair do campo. Depois da assim chamada Revolução Verde, vai acontecer um novo momento de êxodo rural para engrossar os cinturões de exclusão social e pobreza na periferia das cidades.

Adverso – O senhor se arriscaria dizer como seria um projeto alternativo de desenvolvimento econômico, especialmente para a metade sul?

Ludwig Buckup – São inúmeras atividades para o pampa. Vamos começar com o homem do campo. Quem vive naquela região está inteiramente ajustado às tradições sócio-ambientais do espaço. Qual é a verdadeira vocação do pampa? Uma atividade de pecuária semi-extensiva, atividades agrícolas e outras vocações ainda nem totalmente exploradas como a fruticultura, por exemplo. A olericultura e as culturas tradicionais de arroz, soja, trigo. Um colega nosso, o professor Carlos Nabinger, da Faculdade de Agronomia e um estudioso da produtividade dos nossos campos,

“O que existe é uma preocupação imediatista e eleitoreira do governo. Aquela velha história: eu vou ganhar dinheiro hoje e as gerações subsequentes que se danem”

tem afirmado publicamente que não existe essa pobreza da metade sul. Existe falta de atenção para as pessoas que lá vivem. Não são levados recursos técnicos, propostas alternativas de atividade econômica, nem apoio financeiro de fomento. O professor Nabinger afirma que, com um pouco de apoio, a produtividade no pampa poderia crescer 200%.

Adverso – Enquanto isso, a Caixa RS cria o Programa de Financiamento Florestal Gaúcho para financiar o plantio de eucalipto...

Ludwig Buckup – Então, existe aí a insistência de que a metade sul está tão pobre e que precisa de qualquer solução, o que interessa as multinacionais. Veja bem que ninguém vai produzir alimento, não se come eucalipto. O objetivo é produzir celulose, 95% para exportação. O brabo é que vamos exportar celulose pura e vamos ter que comprar o papel do exterior. Uma tora de eucalipto não é só madeira, são sais e nutrientes do solo, água. E tudo isso vai embora. Outra falácia é o investimento grandioso de bilhões. Na verdade, eles estão contabilizando o que vão investir para ganhar dinheiro, ou seja, as árvores, as sementes. Não é enriquecimento do Estado. Não vão construir infraestrutura, estradas para escoar a produção, escolas, nada disso. O que existe é

uma preocupação imediatista e eleitoreira do governo. Aquela velha história: “eu vou ganhar dinheiro hoje e as gerações subsequentes que se danem”. Mas isso nós não podemos aceitar, afinal estamos vinculados à ecologia na pesquisa e as outras gerações têm que sobreviver.

Adverso – Recentemente, a Ufrgs suspendeu um protocolo de cooperação entre a Universidade e a Aracruz Celulose...

Ludwig Buckup – Suspendeu a tramitação, não está rejeitado, mas suspenso porque o Reitor determinou que, antes de discutir amplamente o tema, dentro da Universidade não se assinava convênio nenhum.


Adverso – Como a Universidade pode participar deste debate e quais critérios ela deve usar antes de envolver empresas privadas na pesquisa acadêmica?

Ludwig Buckup – As empresas estão buscando apoio científico nas universidades. É muito mais fácil e barato uma empresa alcançar um recurso a um pesquisador, que fica feliz com o dinheiro que recebe. Porque se a empresa for contratar o indivíduo, terá que pagar salário, décimo terceiro, férias, previdência, montar laboratório. É mais fácil dar um dinheiro para comprar um microscópio, uma estufa ou um tubo de ensaio. Aí entra uma questão que tem que ser examinada com cuidado: a Universidade não pode competir com seu próprio graduado, mas sim formar gente que seja contratada pelo empresariado. Sem falar na necessidade de reavaliar o papel da Universidade. Temos um quadro qualificado de pessoas para instrumentar as decisões políticas e públicas que interessem à região ou ao País. Mas se eu começo a trabalhar para as empresas, eu renuncio a este papel e passo a ser uma cópia da sociedade externa. Vou dar um exemplo: a universidade se concentra em prestar consultorias sobre alternativas de produção de concreto pretendido em construções de pontes internacionais. Tem um monte de dinheiro para fazer isso, mas será que é prioridade nacional? Ou nós deveríamos pesquisar sobre materiais de construção baratos e acessíveis para a população de baixa renda fazer sua casa? Isso ninguém pesquisa porque não recebe dinheiro. Quando professores servem a Votorantim, estão usando a infraestrutura e os salários que nós estamos pagando. Eles têm que pesquisar para instrumentar o poder público a controlar as atividades das empresas e não estimulá-las a fazer o que estão fazendo. Devemos procurar alternativas tecnológicas que preservem o ambiente e favoreçam atividades na indústria, na agricultura e na administração pública. Isso é ciência e este é o papel da Universidade.

Adverso – A iniciativa do Governo de cancelar o zoneamento tem volta?

Ludwig Bukup – Administrativamente, não acredito. Na Justiça, sem dúvida. As ONGs estão articuladas e o Governo será acionado. O zoneamento ainda não é um documento acabado, teria





que ser aprovado no Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), mas é uma diretriz, um ordenamento. Sem este controle, vão plantar eucalipto como doidos. Depois de dois anos, quando o zoneamento for aprovado, o texto vai ser um documento fictício. Aí a coisa fica irreversível. Ou você acha que uma empresa vai derrubar as árvores por causa de um documento da Fepam? Vão dar um jeito, através até de medidas judiciais. Por isso é preciso sustar este processo. O diretor do Consema declarou em uma entrevista que o exame do zoneamento é longo porque tem que passar pelas três câmaras setoriais (Biodiversidade, Agronegócio e Recursos Hídricos) e fica 90 dias em cada uma. As audiências públicas só acontecem em junho. Aí já vai um ano, antes de março de 2008 não tem zoneamento. As ONGs querem sustar este processo, aí há a possibilidade de criar um prazo para a aprovação. Vai ser uma queda de braço. O Governo deveria ser mais maiúsculo e não aceitar chantagens das empresas que afirmam deixar o Estado. Deveriam dizer “até logo” e elas não iriam embora porque nenhum outro país as aceita, nem o país de origem. E mentem que chega a dar pena. Dizem que apenas 3% da área do Estado será coberta por eucalipto. O Rio Grande do Sul tem 28 milhões de hectares; a metade sul, 14 milhões. Destes 14 milhões, tire a Lagoa dos Patos, a Mirim, toda faixa arenosa onde não se planta nada e as áreas já utilizadas pela agricultura que somam quatro milhões de hectares. No final, 24% da metade sul do Estado ficará coberta de eucalipto, o que é muita coisa. O impacto sobre recursos hídricos e as demais influências que uma monocultura arbórea geram serão imensos. Não há como plantar eucalipto sem grande quantidade de inseticida e isso vai para o lençol freático. Eu estive na Austrália para estudar o eucalipto no seu ambiente natural. Lá, o eucalipto vive em forma de mata de savana, uma paisagem de

campo com arbustos e árvores esparsas que nem sempre tocam suas copas. Na média, são 60 eucaliptos por hectare. Aqui vão plantar 1,7 mil por hectare. Imagina o impacto. Outro exemplo: eles dizem que é possível colher a madeira depois de sete, oito anos. O abate é feito por máquinas que cortam a árvore rente 30 centímetros do solo e fica um toco no chão. Você imagina 1,7 mil tocos de eucalipto no meio do campo? O toco começa a se decompor depois de dez anos. Para arrancar, só com correntes e tratores. E quem paga isso? A Stora Enso não vai pagar e o proprietário da terra não terá dinheiro. No plantio de eucalipto, não se faz o destocamento, planta-se outras mudas entre os tocos. Ou seja, em 14 anos, são 3,4 mil tocos de eucalipto no chão. Aí essas empresas vão embora e nós ficamos aqui com uma miséria representada por 1 milhão de hectares de toco de eucalipto. Nosso solo, sem nutrientes ou água e cheio de veneno. É isso que a Yeda Crusius quer nos dar de presente? Eu não quero, muito obrigado, nem meus filhos, nem meus netos. A última coisa que deveria ser investigada pelos órgãos públicos, até pelo Conselho de Segurança Nacional, é que estas empresas estão comprando terras exatamente sobre o Aquífero Guarani. Em dez anos, água será mais importante que celulose. Será que queremos comprar água potável destas empresas? Como se pode ver, são muitas lâmpadas vermelhas acesas no painel do cuidado ambiental. ■

“Devemos procurar alternativas tecnológicas que preservem o ambiente e favoreçam atividades na indústria, na agricultura e na administração pública. Isso é ciência e este é o papel da Universidade”

PRESTAÇÃO DE CONTAS



ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS
DOCENTES DA UFRGS

CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64

BALANCETES – VALORES MENSAIS - 2006

RUBRICAS / MESES	DEZ
ATIVO	3.346.339,66
FINANCEIRO	3.083.527,84
DISPONIVEL	897.733,64
CAIXA	7.714,04
BANCOS	2,00
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	890.017,60
REALIZAVEL	2.185.794,20
APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO	1.972.825,71
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.972.825,71
ADIANTAMENTOS	6.085,77
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	4.085,77
ADIANTAMENTOD DIVERSOS	2.000,00
OUTROS CRÉDITOS	205.936,50
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITO	205.936,50
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE	946,22
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	946,22
ATIVO PERMANENTE	262.811,82
IMOBILIZADO	247.516,08
BENS MÓVEIS	139.617,59
BENS IMÓVEIS	258.103,71
BENS E DIREITOS EM FORMAÇÃO	0,00
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	(150.205,22)
DIFERIDO	15.295,74
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
BENFEITORIAS EM BENS DE TERCEIROS	16.425,74
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(13.201,48)

PASSIVO	3.001.670,66
PASSIVO FINANCEIRO	41.589,78
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	14.576,44
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	7.551,05
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	0,00
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	0,00
CRÉDITOS DIVERSOS	7.025,39
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	27.013,34
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	27.013,34
SALDO PATRIMONIAL	2.960.080,88
ATIVO LIQUIDO REAL	2.524.901,35
SUPERAVIT ACUMULADO	435.179,53

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS

FOLHA 2

RUBRICAS / MESES	DEZ	ACUMULADO
RECEITAS	165.000,56	1.907.945,73
RECEITAS CORRENTES	133.060,57	1.474.042,17
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	133.060,57	1.474.042,17
RECEITAS PATRIMONIAIS	27.819,45	398.243,23
RECEITAS FINANCEIRAS	27.275,09	392.093,88
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	544,36	6.149,35
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS	1.073,34	5.295,92
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	1.073,34	5.295,92
OUTRAS RECEITAS	3.047,20	30.364,41
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	3.047,20	30.364,41
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00
DESPESAS	135.627,94	1.563.276,73
DESPESAS CORRENTES	135.627,94	1.562.441,61
DESPESAS COM CUSTEIO	40.590,00	424.796,06
DESPESAS COM PESSOAL	24.330,52	244.664,25
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	4.750,38	55.256,42
DESPESAS DE EXPEDIENTE	2.172,90	15.493,28
DESPESAS TRIBUTARIAS	783,40	8.859,60
SERVIÇOS DE TERCEIROS	3.890,00	33.405,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	821,07	25.878,88
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	2.027,34	24.652,66
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	1.679,29	15.871,99
ENCARGOS FINANCEIROS	135,10	713,98
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	48.056,43	608.250,89
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	916,84	26.965,96
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	0,00	31.775,68
DESPESAS COM VIAGENS	3.950,72	112.138,25
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	12.469,34	40.489,94
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	150,00	34.175,20
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	30.359,53	297.035,64
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	210,00	10.150,22
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	0,00	55.520,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	46.981,51	529.394,66
CONTRIBUIÇÕES PARA O ANDES	28.360,59	314.771,17
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	7.234,72	85.427,27
CONTRIBUIÇÕES PARA O PROIFES	11.386,20	129.196,22
RESULTADO NAO OPERACIONAL	0,00	835,12
PERDAS DE CAPITAL COM IMOBILIZADO	0,00	835,12
RESULTADO LIQUIDO DO MES	29.372,62	344.669,00
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	344.669,00	344.669,00

EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA
Presidente

NINO H. FERREIRA DA SILVA
Contador - CRC-RS 14.418



ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA
UFRGS

CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64

BALANCETES – VALORES MENSAIS - 2007

RUBRICAS / MESES	JAN
ATIVO	3.390.542,53
FINANCEIRO	3.129.758,05
DISPONIVEL	921.943,62
CAIXA	2.859,68
BANCOS	5.925,14
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	913.158,80
REALIZAVEL	2.207.814,43
APLICAÇÕES FINANCEIRAS A CURTO PRAZO	1.861.350,30
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.861.350,30
ADIANTAMENTOS	12.496,02
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	10.496,02
ADIANTAMENTOD DIVERSOS	2.000,00
OUTROS CRÉDITOS	333.211,15
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITO	333.211,15
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE	756,96
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	756,96
ATIVO PERMANENTE	260.784,48
IMOBILIZADO	245.780,16
BENS MÓVEIS	258.103,71
BENS IMÓVEIS	139.617,59
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	(151.941,14)
DIFERIDO	15.004,32
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	12.071,48
BENFEITORIAS EM BENS DE TERCEIROS	16.425,74
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(13.492,90)

PASSIVO	3.340.505,14
PASSIVO FINANCEIRO	35.755,26
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	17.140,66
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	8.854,77
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	22,93
CRÉDITOS DIVERSOS	8.262,96
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	18.614,60
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	18.614,60
SALDO PATRIMONIAL	3.304.749,88
ATIVO LIQUIDO REAL	2.960.080,88
SUPERAVIT ACUMULADO	344.669,00

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS

FOLHA 2

RUBRICAS / MESES	JAN
RECEITAS	168.954,44
RECEITAS CORRENTES	133.897,52
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	133.897,52
RECEITAS PATRIMONIAIS	28.921,03
RECEITAS FINANCEIRAS	28.376,71
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	544,32
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS	4.958,39
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	4.958,39
OUTRAS RECEITAS	1.177,50
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	1.177,50
OUTRAS RECEITAS	-
DESPESAS	118.917,05
DESPESAS CORRENTES	118.917,05
DESPESAS COM CUSTEIO	39.075,00
DESPESAS COM PESSOAL	18.196,15
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	5.870,48
DESPESAS DE EXPEDIENTE	747,81
DESPESAS TRIBUTARIAS	1.246,79
SERVIÇOS DE TERCEIROS	3.890,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	5.961,70
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	2.027,34
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	907,72
ENCARGOS FINANCEIROS	227,01
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	32.650,85
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	1.280,88
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	-
DESPESAS COM VIAGENS	3.386,65
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	5.317,00
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	671,00
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	18.595,32
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	-
DESPESAS COM ATIVIDADES SINDICAIS	3.400,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	47.191,20
CONTRIBUIÇÕES PARA O ANDES	28.536,68
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	7.234,72
CONTRIBUIÇÕES PARA O PROIFES	11.419,80
RESULTADO LIQUIDO DO MES	50.037,39
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	50.037,39

EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA
Presidente

NINO H. FERREIRA DA SILVA
Contador - CRC-RS 14.418

Na edição passada, iniciamos uma discussão sobre como a universalização do ensino não tem garantido, na prática, o aprendizado. Nesta, nos detemos na questão da escrita, tomada como base para o apropriamento do saber. É fato, comprovado por estatísticas e experiências *in loco*, que sentar nos bancos da escola não tem sido suficiente sequer para alcançar a completa alfabetização, considerada por 84% da população como a principal meta a ser atingida pelos educadores¹. A mesma pesquisa revelou que 99% dos pais, professores e alunos consideram a Língua Portuguesa a disciplina mais importante.



Práticas de ensino LIMITAM o uso da língua

por Maricélia Pinheiro

Esses e muitos outros dados sobre o ensino e o aprendizado da escrita estão reunidos no livro "A Escola que (Não) Ensina a Escrever" (Paz e Terra), da professora e pesquisadora da USP Silvia Colello, lançado no final de abril. Segundo ela, "muitas pessoas (inclusive crianças em séries iniciais da escolaridade), incorporando expectativas sociais tão difundidas até o início dos anos 1990, atribuem à alfabetização um 'poder mágico' capaz de garantir não só a efetiva participação social, como também melhores condições de vida ou oportunidades de trabalho, além do próprio sucesso escolar".

Mas o que vem a ser a plena alfabetização? Para Colello, além da capacidade de assinar o nome, desenhar letras, copiar palavras e decodificar o que está escrito no papel, estar alfabetizado significa "poder usar a escrita como instrumento de comunicação e expressão, meio de ampliar contatos, de se fazer presente no mundo ou de compreendê-lo, enfim a possibilidade de estabelecer outros canais de interlocução, inserindo-se ativa e criticamente em práticas da sociedade letrada".

A pesquisadora afirma em seu livro que a questão do analfabetismo funcional não pode ser compreendida senão como um subproduto do quadro educacional brasileiro e sugere uma revisão dos pressupostos que estão por

trás do modelo de letramento. "Na prática, tanto a inadequação das diretrizes do ensino da língua como os vícios da metodologia em sala de aula refletem-se nos baixos níveis de letramento, nas dificuldades para ler e escrever...". Para Silvia, se esse quadro é fruto de vários fatores que extrapolam a esfera educativa, "é na escola que aparecem as contradições e onde se projetam perspectivas de conciliação dos problemas vividos no âmbito da aprendizagem". Isso quer dizer que é na escola que a sociedade deposita o dever de ensinar a criança a ler e escrever.

O livro mostra que, no que diz respeito à escrita, tanto as concepções quanto as práticas de ensino parecem favorecer a aprendizagem restrita e o limitado uso da língua. Com base nessa evidência, procura revelar os mecanismos do aprisionamento lingüístico inerentes ao ensino, deixando evidentes seus efeitos sobre a "constituição do escritor". A constatação das falhas pedagógicas, de acordo com a obra de Silvia Colello, não será um discurso estéril se puder subsidiar os educadores na revisão de valores arraigados, de princípios conservadores e de práticas reducionistas; e a compreensão dos vícios pedagógicos seria o melhor aval para a construção de uma escola, que efetivamente, ensine a ler e escrever.

1. Dados da pesquisa realizada pela Vox Populi e publicados pela revista Veja, nº 28, de 1996.



"Falta de diálogo e compreensão entre professores e alunos é um dos fatores do fracasso escolar"

Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alfabetização e Letramento (Geal) da USP, Silvia Colello atua também como professora nos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Educação desta mesma universidade. Na condição de educadora, coordenou cursos de capacitação docente, ministrou inúmeras palestras e prestou assessoria para escolas públicas e privadas, coordenadorias de ensino e secretarias de educação. Autora do livro "Alfabetização em Questão" (Paz e Terra, 1995/2004), lançou recentemente "A Escola que (Não) Ensina a Escrever", da mesma editora. Nesta entrevista, ela fala um pouco sobre este último trabalho, que analisa o ensino da língua escrita e aponta alternativas para uma escola, efetivamente, enfrentar o desafio de ensinar a ler e escrever.

por Maricélia Pinheiro

Adverso – Quais são, basicamente, os condicionantes de ordem política, cultural e burocrática que influenciam diretamente na qualidade do ensino?

Silvia de Mattos Gasparian Colello – O ensino e os problemas de ensino não são fenômenos exclusivos da escola. Indiscutivelmente, eles estão associados às condições de vida, à desigualdade social, ao acesso aos bens culturais, aos mecanismos sociais de democratização do saber, às condições de trabalho, saúde, moradia, transporte etc. Por isso, não se pode falar de uma escola neutra, capaz de projetar um programa de aprendizagem linear e cumulativo da 1ª à 8ª série independentemente do contexto sociocultural e político do País.

A qualidade de ensino não é um dado *a priori* que possa ser garantido pelas instituições de ensino ou pela boa vontade de seus professores. A escola será tanto melhor quanto mais ela puder negociar o seu projeto de ensino com os condicionantes das políticas públicas de educação, das diretrizes educacionais, dos programas de capacitação docente, das verbas disponíveis, do perfil da clientela, dos valores e necessidades da comunidade e das expectativas dos alunos. A qualidade de ensino será o produto da possibilidade de articular as necessidades pedagógico-educativas com a especificidade da comunidade atendida e as efetivas condições de trabalho.

Adverso – Quando a senhora fala na prática do ensino como fator que favorece a aprendizagem restrita e o uso limitado da língua, está se referindo aos métodos pedagógicos utilizados?

Silvia Colello – Refiro-me à metodologia em sala de aula, mas também às concepções que subsidiam essa prática pedagógica. Quando a escrita é entendida como um simples código a ser dominado (a associação de letras e sons para formar sílabas e palavras); quando a aprendizagem é tratada como assimilação passiva das informações transmitidas pelo professor; quando as razões de ensinar e

aprender aparecem estritamente vinculadas às necessidades escolares; quando o professor assume o papel de "o único informante" e a cartilha (ou o livro didático) o de "recurso único" no ensino, a prática pedagógica acaba por se distanciar dos seus verdadeiros propósitos, isto é, a formação humana emancipadora do sujeito e a conquista de um saber crítico, capaz de inserir o aluno na sociedade.

No caso específico da escrita, vejo com muita preocupação a situação de milhões de jovens que, ao longo dos anos de escolaridade, aprendem formalmente a ler e a escrever, mas que são incapazes de usar essas habilidades para responder as demandas da sociedade letrada e usufruir das possibilidades que ela oferece.

Adverso – O que a senhora chama de vícios pedagógicos?

Silvia Colello – A partir das minhas pesquisas e também do referencial teórico com o qual eu venho trabalhando, é possível situar vícios pedagógicos nos planejamento das atividades, no modo como o professor se posiciona em classe, nas dinâmicas em sala de aula e também nas atividades propostas aos alunos. Exemplos disso são as lições tarefas e mecânicas que não apelam para o raciocínio do aluno, a pretensão do professor de controlar a sequência e o ritmo da aprendizagem desconsiderando as diferenças entre os alunos, as práticas de ensino centralizadoras e autoritárias que pouco dialogam com os interesses, os saberes e as dificuldades dos estudantes.

Adverso – Na sua opinião, existe um método mais adequado para ensinar a ler e escrever, ou seja, para alfabetizar de fato?

Silvia Colello – Durante muitos anos, a aprendizagem da língua escrita foi entendida como o produto de um método de ensino. Por isso, os educadores concentravam-se em buscar o "melhor método", discutindo e comparando as diferentes propostas ou as cartilhas disponíveis no mercado. Tudo isso se transforma quando, mais do que um método, o que está em jogo é o desafio de ajustar o ensino ao processo de aprendizagem do aluno com o

M

J

2

1/4

π

objetivo de ampliar os seus recursos de comunicação e de inserção social. Nessa perspectiva, não é mais possível fragmentar o ensino em sucessivas lições a serem ministradas e aprendidas, ou seja, uma progressão metodológica fixa e pré-determinada. O ensino da língua passa a ser um contínuo processo de estimulação e enriquecimento das possibilidades do dizer. É claro que essa prática deve ser regida por ênfases específicas de abordagem e intervenção didática, mas o planejamento do quê e do como trabalhar deve ser feito em cada contexto, a partir do que os alunos sabem e precisam aprender.

A metodologia de ensino ganha, assim, uma outra compreensão, configurando-se em propostas de trabalho significativas (porque resgatam as efetivas funções sociais da escrita), desafiadoras (porque estimulam os alunos a encontrar soluções cada vez mais avançadas para os problemas relacionados à língua escrita) e reflexivas (porque criam situações onde os estudantes são levados a considerar as suas hipóteses, rever concepções e pensar sobre o funcionamento da língua ou sobre suas práticas).

Adverso – A alfabetização deve ou não acontecer na fase pré-escolar?

Silvia Colello – A alfabetização deve acontecer sempre! O modo como hoje entendemos a aquisição da língua escrita nos remete à conclusão de que a aprendizagem nesse campo começa muito antes do que se podia prever e vai muito além do que se possa supor. Assim, é possível dizer que a criança de 3 anos, que ouve

frequentemente as historinhas lidas por sua mãe, já está em pleno processo de aprendizagem da língua escrita. Da mesma forma, o adolescente, que aos 13 anos toma contato com diferentes gêneros textuais buscando compreender as suas respectivas conformações, dá continuidade a um processo de aprendizagem que está longe de se esgotar nas séries iniciais.

Alfabetização na Educação Infantil? Sim, mas no sentido de promover e ampliar as experiências da criança no universo letrado, no sentido de dar a ela oportunidades para refletir sobre as características e funções da língua escrita e as suas formas de funcionamento. Acho perigoso querer garantir, nesse estágio, uma sistematização do ler e escrever que nem sempre é possível ou compatível com a experiência da criança no âmbito do seu meio cultural.

Adverso – Por que, afinal, os resultados são tão ruins, mesmo tendo se alcançado a universalização do ensino básico?

Silvia Colello – No plano educacional, o Brasil parece ter resolvido o problema quantitativo do ensino. Salvo em algumas regiões do País, o acesso democrático à escolaridade básica é uma realidade possível à maioria das crianças. Do ponto de vista qualitativo, o desafio do ensino é, entretanto, uma meta a ser alcançada. Lamentavelmente chegar à escola e nela permanecer não garantem o sucesso da aprendizagem.

Adverso – Como os professores de outras disciplinas podem colaborar para o aprendizado da língua? Ou essa não é uma atribuição deles?

Silvia Colello – O ensino da língua escrita é uma tarefa de todos os professores em todos os níveis de ensino. Embora essa idéia não seja um consenso entre os professores especialistas, ela é, do meu ponto de vista, uma imposição necessária para o enfrentamento do fracasso escolar e da redução dos índices de analfabetismo funcional. O que legitima a necessidade de todos os professores

“Vejo com muita preocupação a situação de milhões de jovens que, ao longo dos anos de escolaridade, aprendem formalmente a ler e a escrever, mas que são incapazes de usar essas habilidades para responder às demandas da sociedade letrada”





colaborarem no ensino da escrita é a impossibilidade de separar "o momento de aprender" (a alfabetização nas séries iniciais) do "momento de fazer uso desse aprendizado" (a expressão pela via escrita e interpretação de textos relacionados a outros campos do saber). Assim como está superada a concepção de aprender a escrever a partir de frases artificiais e sem sentido (Quem não se lembra dos tradicionais enunciados cartilhescos "O dedo é de Didi", "O boi bebe e baba"?), não se pode pensar no avanço do conhecimento histórico ou científico desarticulado das práticas de leitura e escrita. Aprender História ou Ciências (ou qualquer outra disciplina) é, em certa medida, apropriar-se dos argumentos desses campos do saber ou do modo específico de enunciação-los.

Adverso - Adaptar conteúdos à realidade dos alunos ajuda a ensinar a língua, ou funciona como mais um limitador?

Silvia Colello - Não vejo como se possa ensinar qualquer coisa desconsiderando o ponto de vista dos alunos: seus saberes, suas expectativas, suas resistências, suas práticas sociais, suas dificuldades, suas dúvidas, seus discursos, seus argumentos, suas concepções sobre o assunto, seus erros na consideração das idéias... A falta de um efetivo diálogo e de compreensão entre professores e alunos é um dos principais fatores do fracasso escolar.

Adverso - A maioria das escolas hoje adota a perspectiva de ensino construtivista. Deixar com que a própria criança construa seu conhecimento no ritmo que lhe for mais apropriado não pode incorrer no risco de um aprendizado muito desigual?

Silvia Colello - Lamentavelmente os princípios do ensino construtivista foram mal e insuficientemente assimilados por muitos educadores. Por um outro lado, do ponto de vista da prática, o fato de os construtivistas não apregoarem um método fixo de operacionalização do ensino, criou também dificuldades na implementação das práticas pedagógicas. A consequência disso foi a difusão de interpretações deturpadas e superficiais sobre as práticas construtivistas. Muitas pessoas (até mesmo educadores!) pensam que o construtivismo se resume a "promover trabalhos em grupo", "deixar de corrigir as lições", "não sistematizar o conhecimento" e "permitir que os alunos sigam, livremente e por tempo indeterminado, os seus próprios caminhos do conhecimento sem qualquer interferência do professor". Ora, se assim fosse, estaríamos decretando o fim da escola! Não há pesquisador ou teórico que tenha proposto uma escola com tal configuração. Para cada um desses preceitos reducionistas e mal compreendidos, há uma fundamentação de como, quando (ou até quanto), com relação a que, porque e em que contexto eles poderiam funcionar na prática pedagógica.

Fotos Fabricia Osanai

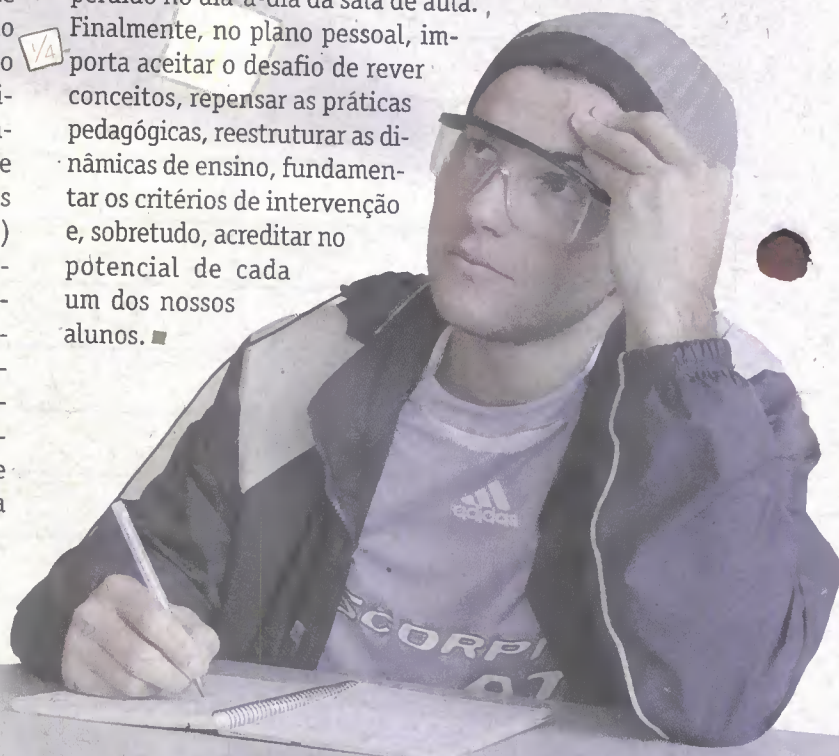
No caso específico do ritmo de aprendizagem, o que está em questão é o respeito ao processo cognitivo do aluno, o que não significa a ausência de intervenção do professor e a promoção de situações interativas no grupo-classe. Longe de um "laissez faire da aprendizagem", as estratégias de ensino e as experiências vividas em classe são, a despeito da sua flexibilidade, capazes de interferir no ritmo de aprendizagem e na construção do conhecimento convencional e sistematizado.

Adverso - Os pais e familiares devem corrigir as crianças quando falam ou escrevem errado, ou essa deve ser uma função exclusiva da escola?

Silvia Colello - Sim, desde que as correções não estejam inibindo a iniciativa de expressão, o processo de descoberta e a possibilidade de reflexão sobre a língua.

Adverso - Quais as alternativas para uma escola, efetivamente, ensinar a ler e escrever?

Silvia Colello - A pergunta merece ser respondida no plural. Para que as escolas possam, efetivamente, ensinar a ler e a escrever garantindo um ensino de qualidade é preciso, no âmbito nacional, compreender a educação como prioridade e estabelecer políticas públicas de valorização do ensino e de acesso aos bens culturais assim como o investimento nas condições de vida. No plano técnico, importa promover as iniciativas de pesquisa, a qualidade dos cursos de formação inicial e ainda fortalecer esforços para a formação continuada de professores. No plano institucional, é preciso construir na escola um projeto político pedagógico bem fundamentado e criar mecanismos institucionais para que os professores possam se comprometer com ele. Além disso, importa investir na melhoria das condições de trabalho e de apoio ao docente que, tantas vezes, se vê perdido no dia-a-dia da sala de aula. Finalmente, no plano pessoal, importa aceitar o desafio de rever conceitos, repensar as práticas pedagógicas, reestruturar as dinâmicas de ensino, fundamentar os critérios de intervenção e, sobretudo, acreditar no potencial de cada um dos nossos alunos. ■

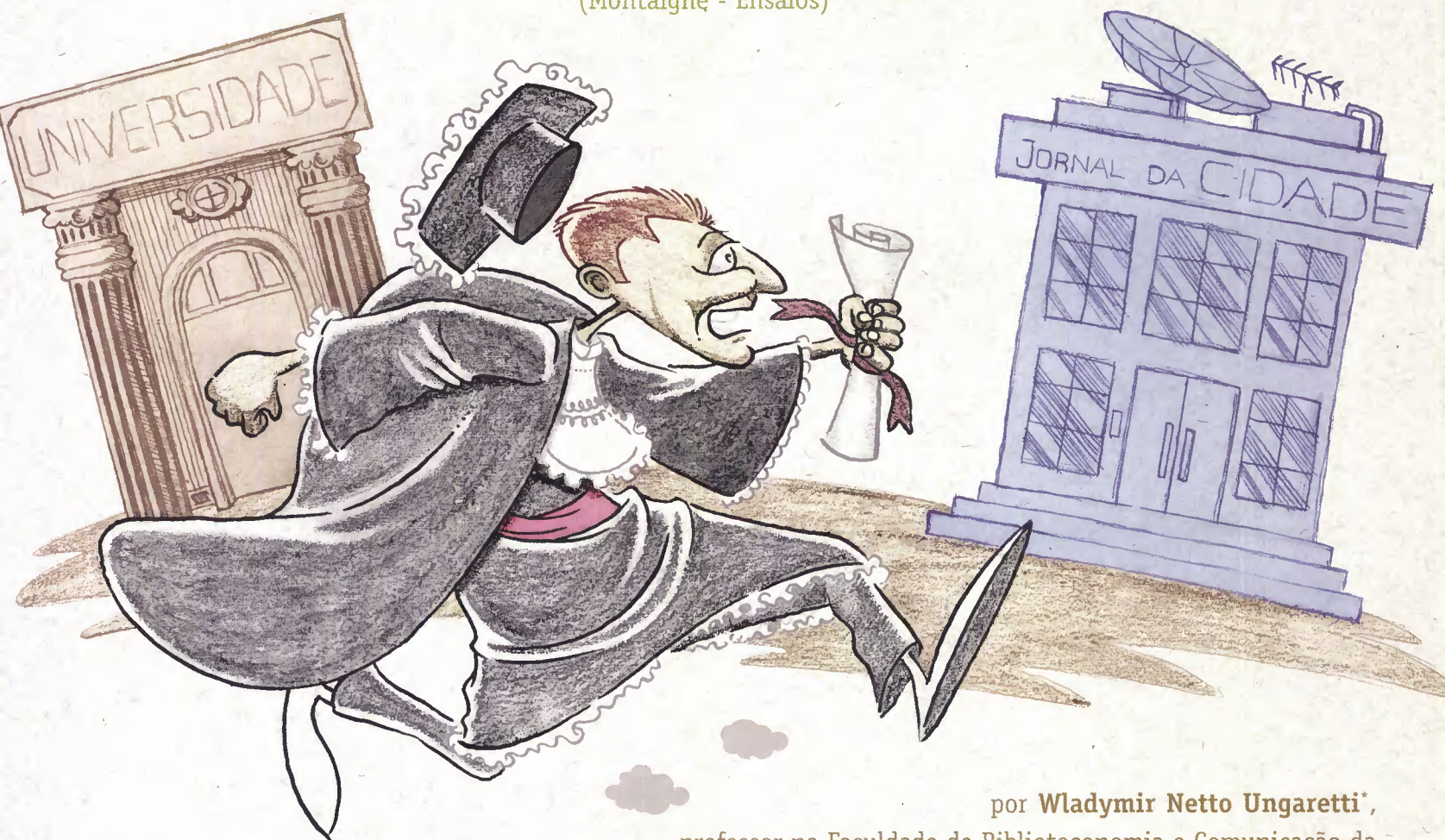


"Mais do que um método, o que está em jogo é o desafio de ajustar o ensino ao processo de aprendizagem do aluno com o objetivo de ampliar os seus recursos de comunicação e de inserção social"

Showrnalismo, o ensino da covardia

"Eu digo a verdade: não tanto quanto desejo, mas tanto quanto ousar;
e vou ousando cada vez mais, à medida que envelheço"

(Montaigne - Ensaios)



por **Wladimir Netto Ungaretti***,
professor na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da
Ufrgs, mestre em Sociologia.

A universidade não está à parte do todo social. É uma obviedade que precisa ser lembrada. Significa dizer que a instituição reflete de uma maneira determinada a sociedade na qual está inserida. Não é possível, por exemplo, criticarmos o jornalismo que é feito atualmente sem estabelecermos a ligação com o que está sendo ensinado nas faculdades. Tendo como fio condutor esta idéia, é possível afirmarmos que, a partir do momento em que o objetivo passou a ser o atendimento das necessidades do "Deus-Mercado", para ser competitiva, a universidade (em especial os cursos de comunicologia) se organizou como uma linha de produção. ►

Em sala de aula, os alunos, cada vez mais preocupados com a obtenção de um emprego e tendo noção de algumas das leis de mercado, sabem que o mais recomendável é o bom comportamento. Em vez de idéias novas e atrativas, de reportagens investigativas e subversivas, eles são domesticados no manejo de ferramentas e de técnicas, com os seus bem-comportados professores carentes de espírito crítico. O sentido é progressivamente mais burocrático. Rebeldia, nem pensar.

Na última década, temos apontado aspectos do crescente processo de deteriorização do ensino de jornalismo. Criamos, inclusive, duas expressões para caracterizar este quadro cada vez mais caótico, onde ninguém sabe qual a direção e o sentido dos cursos. As faculdades de **comunicologia** precariamente realizam um esforço supremo para a manutenção e ampliação do ensino de **showrnalismo**. Currículos são maquiados. E para tal é preciso uma década de “estudos e reuniões”.

Enquanto os meios eletrônicos aceleram o processo industrial no jornalismo, as faculdades se movimentam como imensas tartarugas. Não estamos falando de adequação técnica (das

velocidades), mas da lentidão (ou inexistência) de discussões que criticamente reflitam sobre esta realidade.

Existem estudos que apontam para um quadro de crise global do ensino superior. Alguns dos aspectos examinados em vários artigos, assinados por “especialistas”, são infinitamente mais graves no ensino da **comunicologia**, tendo em vista que se trata, nada mais nada menos, do treinamento dos profissionais que serão responsáveis pela formação da opinião pública. Ou melhor, da destruição do sentido de cidadania e, conseqüentemente, da destruição da possibilidade de uma sociedade verdadeiramente democrática e aberta à diversidade.

Não há como continuarmos negando a existência da relação, queiram ou não, entre a formação proporcionada aos jovens nos cursinhos de **comunicologia** e o atual **showrnalismo** produzido pela mídia corporativa, cuja característica básica é a produção de bens simbólicos que hegemonizam uma subjetividade reacionária. Na universidade, marcadamente nessa área, muitos dos mais arraigados defensores do **status quo** acadêmico são defensores de reformas e revoluções nos costumes, na economia, na vida social e na política. Alguns são desbragadamente “esquerdistas”. No entanto, paradoxalmente, são os que reacionariamente reagem contra qualquer mudança na estrutura de ensino. Não é possível a manutenção do discurso em defesa dos cursos “fantásticos” de um lado; e, de outro, um “fechar de olhos” que minimiza as terríveis conseqüências dos processos de manipulação da grande imprensa. O jornalismo não mais exercido por vocação, mas pelo ensino de algumas técnicas, estabelece um quadro de absoluta hegemonia das políticas neoliberais. Temos um cenário com elementos avassaladores. E diante deste, não conseguimos nem mesmo romper com o bloqueio que impede o avanço de um simples debate. O quadro interno dos cursos é “fazemos de conta que ensinamos e vocês fazem de conta que aprendem”. A cada semestre, um batalhão de jovens recebe seus respectivos diplomas: comunicólogos.

Existe uma aceitação passiva das etapas anteriores de ensino. Não menos trágico é o fato de que a universidade está desvinculada dos ensinamentos de primeiro e de segundo graus. Este aspecto, aparentemente sem importância, está ligado à outra questão igualmente grave: a aceitação de critérios de avaliação acadêmica baseados unicamente na titulação e no número de trabalhos publicados. A sala de aula conta muito pouco. Não se discute as práticas de ensino. O que existe é a reprodução da lógica do setor privado. Tudo é tratado como um problema de gestão. Há uma perda de identidade e de autonomia por parte dos professores. Uma absoluta ausência de princípios democráticos e de liberdade. Um permanente reforço dos privilégios e das desigualdades decorrentes da titulação. Um significativo avanço do poder das mentalidades burocráticas e, por conseguinte, uma perda de qualquer sentido de responsabilidade pública, de prestação de serviço público. Este quadro lamentável é complementado da seguinte forma: os professores que estão ingressando (cada vez mais jovens), na maioria das vezes, comportam-se como se

As faculdades de comunicologia precariamente realizam um esforço supremo para a manutenção e ampliação do ensino de showrnalismo. Currículos são maquiados. E para tal é preciso uma década de “estudos e reuniões”.



fossem mais velhos do que os velhos. Sonham em fazer o mesmo caminho, na procura por títulos. O grande ideal é a reprodução de velhas idéias e práticas burocráticas. A hierarquia de títulos, reproduzida pelos jovens professores, impede a renovação. É preciso que se responda às seguintes questões: o que um aluno de **showrnalismo** aprende em quatro anos de curso, cujos conteúdos não poderiam ser assimilados sem seis meses de um cursinho técnico, ou com o treinamento dentro de uma empresa? O que são exatamente estes cursos de publicidade e de relações públicas? Sem nenhum tipo de arrogância, afirmo que hoje obrigamos um aluno a quatro anos de curso, proporcionando uma formação inferior a um bom cursinho técnico. Os reflexos dessa política educacional para a área de **comunicologia**, em especial do jornalismo, nunca é evidenciado, pois toca em questões do mais alto interesse das elites. **Qualquer mudança proposta que não vincule o curso de Jornalismo ao de Ciências Sociais, será um grande remendo.** Falta ousadia. Não existem forças políticas capazes de implodir com o corporativismo. Não é por um capricho do destino que a Fabico (Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação) está no campus médico ao lado da Escola Técnica. Isolamento imposto no auge do período da ditadura. Não é possível continuarmos – ou até é – tentando encontrar a fórmula mágica de atualização de um cursinho técnico. Qualquer estudante da área de Ciências Sociais, com algumas noções básicas de jornalismo, estará mais preparado para a atividade de um verdadeiro repórter.

Como bem assinala Marilena Chauí, no livro “Escritos sobre a Universidade”, existe em tudo isso um “reforço da privatização do que é público, na medida em que as universidades públicas formam pesquisadores com os recursos trazidos pela sociedade, mas os financiadores usam os pesquisadores para fins privados; portanto, ausência do princípio republicano da distinção entre o público e o privado (...), reforço da submissão à ideologia pós-moderna que subordina as pesquisas ao mercado veloz da moda e do descartável, portanto, abandono do princípio ético da racionalidade consciente e o princípio político da responsabilidade social.” Jornalismo é subversão. O que aí está é variedades, secos e molhados. O ensino de **showrnalismo** está de costas para o país real.

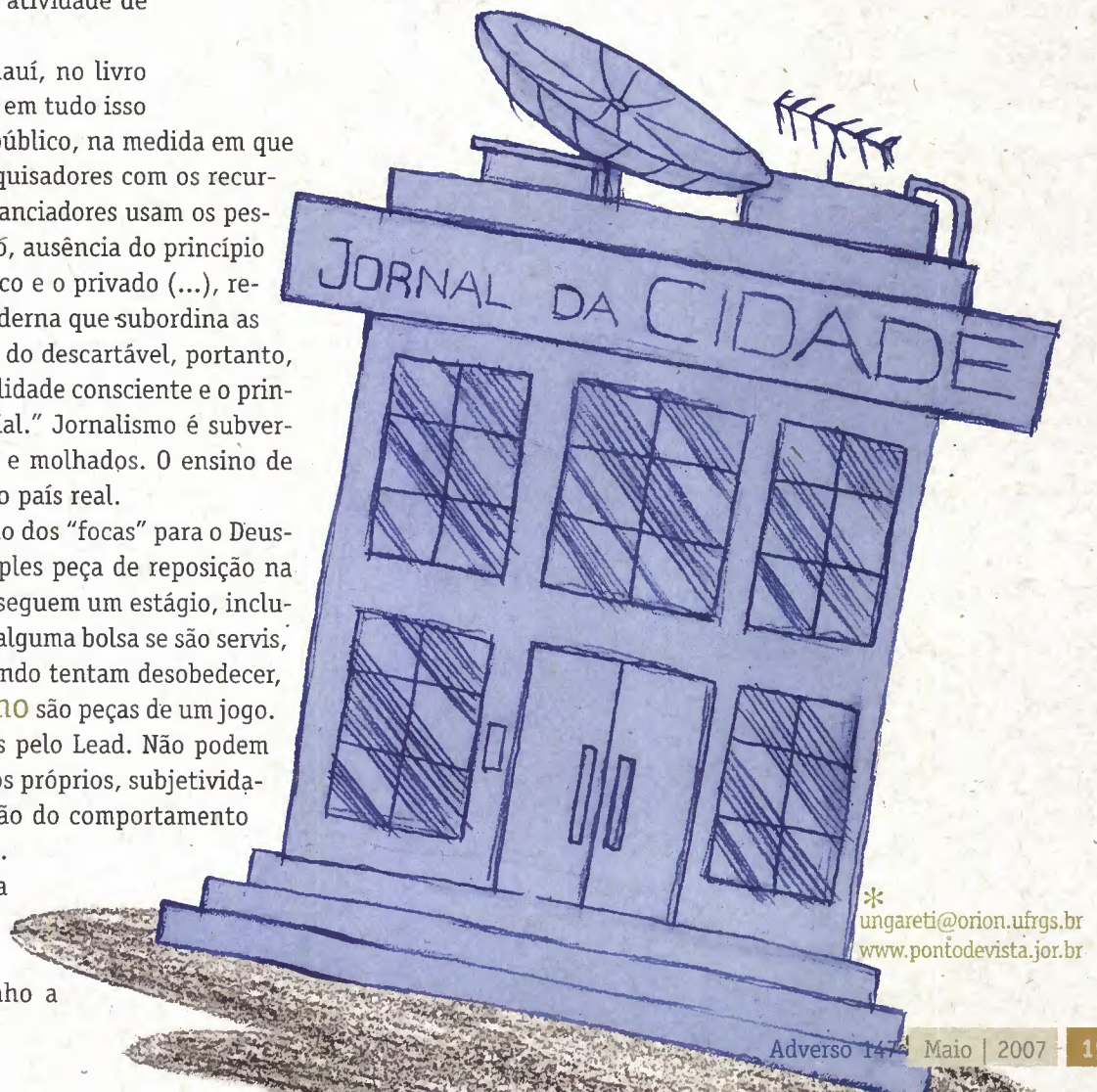
No campo do adestramento dos “focas” para o Deus-Mercado, destinados a serem uma simples peça de reposição na máquina social, contentes quando conseguem um estágio, incluídos se são dóceis, recompensados com alguma bolsa se são servís, execrados se são rebeldes, punidos quando tentam desobedecer, os atuais estudantes de **showrnalismo** são peças de um jogo. Do joguinho do CtrlC+CtrlV. Esmagados pelo Lead. Não podem ter sentimentos, emoções, pensamentos próprios, subjetividades, pois que o sentido é da reprodução do comportamento burocrático dos adultos. Subserviência.

Quero encerrar esta descosturada e anárquica reflexão com uma idéia de Montaigne: “Quem busca sabedoria, que a busque onde se aloja; não tenho a

pretensão e possuí-la. O que aí se encontra é produto de minha fantasia; não viso explicar ou elucidar as coisas que comento, mas tão somente mostrar-me como sou. Talvez as venha conhecer a fundo um dia, ou as tenha conhecido, se por acaso andei por onde elas se esclarecem. Mas já não as recordo. Embora seja capaz de tirar proveito do que aprendo, não retenho na memória: daí não poder assegurar a exatidão de minhas citações. Que se veja nelas, apenas, o grau de meus conhecimentos atuais. Não se preste atenção à escolha das matérias que discuto, mas tão somente à maneira porque as trato. E, no que tomo de empréstimo aos outros, vejam unicamente se soube escolher algo capaz de realçar ou apoiar as idéias que desenvolvo, a qual, sim é sempre minha. Não me inspiro nas citações; valho-me delas para corroborar o que digo e que não sei tão bem expressar, ou por insuficiência da língua ou por fraqueza dos sentidos. Não me preocupo com a quantidade e sim com a qualidade das citações. Se houvesse querido tivera reunido o dobro”.

Não perco de vista esta outra idéia expressa por um rebelde aluno: “este ensino é o ensino da covardia”. ■

No campo do adestramento dos “focas” para o Deus-Mercado, destinados a serem uma simples peça de reposição na máquina social, os atuais estudantes de showrnalismo são peças de um jogo.



*
ungareti@orion.ufrgs.br
www.pontodevista.jor.br

50 anos de informação e cultura



Primeira rádio universitária do País, a Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul funciona também como uma espécie de laboratório que atende diversas áreas do conhecimento. Segmentada na música erudita, mescla jornalismo cultural com programas que abordam o cotidiano da Universidade e assuntos relevantes para a sociedade, oferecendo uma programação de nível superior, como define o professor André Prytoluk, diretor da emissora.

Literatura, cinema, teatro, artes plásticas, música, medicina, meio ambiente, entre outros assuntos, têm lugar garantido na Rádio da Universidade, 1080 AM, que conta com o trabalho voluntário de alunos, professores, funcionários e colaboradores externos. Alguns programas são parte de projetos de extensão de unidades da Ufrgs, como o "Momento Saúde", da Faculdade de Medicina, o "Dois Pontos", do Instituto de Letras e o "Música Eletrônica", do Departamento de Música do Instituto de Artes, que aborda a inovação instrumental e rítmica.

Boa parte é produzida por alunos de Jornalismo da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico), como o "Entrevista Coletiva" e o "Por Volta do Meio Dia", ambos vinculados a uma disciplina do curso e coordenados pela professora Sandra de Deus. Também é produzido por bolsistas, o programa "Universidade Aberta", que divulga as ações da Extensão da Ufrgs.

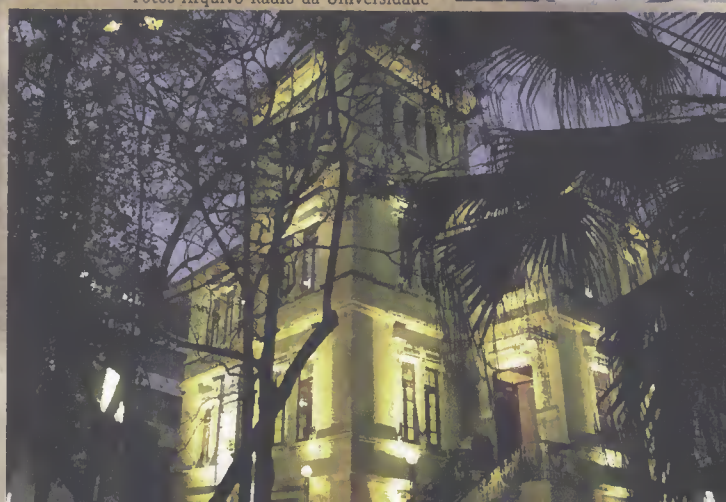
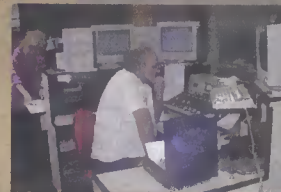
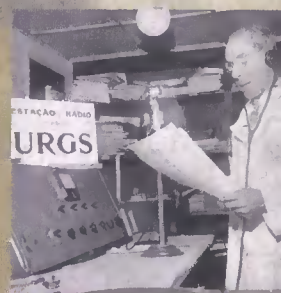
O "Adufrgs no ar", produzido pelo aluno e bolsista da Fabico, Marcos Pfeiffer, aborda questões pertinentes no cenário político e que interessem diretamente aos professores, e vai ao ar sempre às terças-feiras, às 10h05, com 30 minutos de duração. Entre os destaques da programação estão ainda "Conversa de Jornalista", transmitido ao vivo direto da Associação Riograndense de Imprensa (ARI), que trata de temas ligados à comunicação; "Latinidade", falado em espanhol, traz assuntos e músicas ibero-americanos e "Universidade Revista", com entrevistas e notícias da área cultural;

Dentro da segmentação musical, "Tangos em la Noche", há 27 anos no ar, tem boa audiência em todo o País, via internet, e já rendeu prêmios ao apresentador Roque Araújo Viana. O jazz tem seu espaço no "A Hora do Jazz", apresentado por Günter Kleeman, profundo conhecedor deste gênero musical e no semanal "Tocatta", a renomada organista Anne Schneider, apresenta música para órgão. Um projeto de extensão do curso de Jornalismo deu origem ao "Motivos de Campo", programa dedicado à música e à cultura gaúcha.

Além do já citado "Dois Pontos", a literatura é abordada também no "Folhetim", exibido na manhã de sábado, enquanto as artes visuais têm espaço no "Toque de Arte". Estudantes da Ufrgs dispõem do "Frequência Acadêmica", enquanto ex-alunos, professores e funcionários aposentados têm o "Reencontro com a Universidade". Em "Histórias Musicais", que atende a linha pop, cantores e compositores locais comparecem para contar suas trajetórias profissionais. Música e temas de interesse da comunidade judaica, muito forte na capital gaúcha, estão em "Shalom", que vai ao ar no domingo pela manhã. A programação completa da rádio pode ser acessada no www.ufrgs.br/radio.

No dia 18 de novembro de 2007, a Rádio completa 50 anos. Neste dia, a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa) fará uma apresentação especial no Salão de Atos da Ufrgs, às 10h30min, regida pelo Maestro Túlio Belardi com solo de piano de Horácio de Oliveira Gouveia, vencedor do Concurso Jovens Solistas da Ospa de 2005.

Fotos Arquivo Rádio da Universidade



ACONTECE

Mestrado
em Design

A Capes/Mec aprovou o Mestrado em Design, que se agrega ao sistema de pós-graduação da Ufrgs, formado por 135 cursos. O início do curso está previsto para setembro de 2007 e a seleção deverá ser realizada em julho. Com ênfase em "Design & Tecnologia", o curso deverá caracterizar-se pelo enfoque centrado na inovação como agente de transformação do clássico "feito no Brasil" para o "projetado no Brasil". Atendendo a uma grande demanda no Estado por profissionais especializados na área, o curso terá um enfoque interdisciplinar (designers, engenheiros, arquitetos, artistas plásticos, médicos, fisioterapeutas, etc.) e deverá constituir-se em uma interface entre a Universidade e o setor produtivo do Rio Grande do Sul. Inicialmente, serão abordadas as linhas de pesquisa em materiais e processos de fabricação; produtos industriais, gráficos e sistemas visuais; interfaces tecnológicas e design virtual.

Este espaço foi criado para mostrar o cotidiano nos campi da Ufrgs e os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores na universidade. Envie sugestões de temas e questões que envolvam a comunidade universitária

História

Todos os dias, à meia-noite, o "Boletim Astronômico", programa mais antigo da Rádio da Universidade, dá início às atividades da emissora, que data oficialmente de 1957, embora tenha sido transmitida pela primeira vez em 1º de julho de 1950. A autorização para funcionamento continha ressalvas: não poderiam ser irradiados programas musicais e outros de natureza recreativa, apenas ensinamentos, palestras e informações de seu observatório astronômico.

Em 31 de dezembro de 1953, às 22 horas, a Rádio da Universidade é retirada do ar, devido a sua irregularidade quanto à emissão de músicas. No dia 20 de janeiro de 1954, o professor Elyseu Paglioli, em audiência com o então presidente da República, Getúlio Vargas, solicita a concessão de um canal de rádio em ondas médias. A Rádio da Universidade é autorizada a operar na frequência de 1080 kHz. Embora fora do ar, os trabalhos para a implantação da emissora continuavam intensos. Em janeiro de 1955, a Rádio recebia o canal de FM na frequência de 100.1 MHz, que serviria de *link* para levar o sinal desde os estúdios até os transmissores.

A 27 de maio de 1956 foi terminado o aterro na Ilha do Chico Inglês, onde seria instalado o transmissor. Tudo estava pronto para iniciar as irradiações. Entre agosto e novembro de 1957, a emissora passou a transmitir em caráter experimental. Em 18 de novembro de 1957, às 20 horas de uma segunda-feira, entrava no ar em 1080 kHz, a ZYU67, Rádio da Universidade. No ano de 1960, a sede dos estúdios da Rádio da Universidade é transferida para o outro lado da rua Sarmento Leite, onde funcionava desde a década de 20 o antigo Instituto de Meteorologia Coursirat Araújo, em um prédio construído em 1921 e hoje tombado como patrimônio histórico.

A partir de 1979, a emissora desativa os antigos transmissores da Ilha do Chico Inglês e instala um novo, no município de Eldorado do Sul. Em 1990 começa a modernização técnica da rádio, que torna-se a primeira emissora AM de Porto Alegre a trans-

mitir música utilizando a tecnologia de CD laser. Em abril de 1991, dando sequência às inovações, é instalado o novo transmissor AM-Stereo Digital e em setembro, o prédio dos estúdios da emissora é reformado totalmente e recebe novos equipamentos.

Em 1995 começa o processo de informatização da emissora, que ganha computadores com multimídia, equipamentos de gravação em MiniDisc (MD), que permitiam o registro de áudio pelo processo ótico não-linear e encoders DSP digitais. Com isso, melhora-se, consideravelmente, a qualidade do som transmitido desde os estúdios até os transmissores. Neste mesmo ano, em novembro, a rádio passa a operar, pela primeira vez na sua história, 24 horas por dia.

No ano seguinte, o Departamento Técnico, juntamente com o Centro de Processamento de Dados da Ufrgs, implanta a interligação via fibra ótica, entre os estúdios e o prédio da Reitoria, colocando assim a emissora na Rede do Campus Central. Em janeiro de 1999, com o objetivo de preservar o acervo discográfico, começa na rádio um trabalho de recuperação dos discos raros em vinil e de gravações históricas. No mesmo ano, com a instalação de um servidor de RealAudio, a Rádio da Universidade ultrapassa as fronteiras, podendo ser captada em qualquer parte do mundo através da Internet.

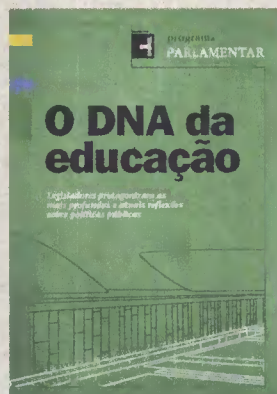
Em 2000 é inaugurado o estúdio-auditório; em 2001 começa a restauração total do prédio histórico onde está sediada a emissora; em 2002, a direção propõe um aumento da produção de programas; em 2003 é instalado um novo sistema de automação para execução radiofônica, diminuindo consideravelmente os erros operacionais; em 2005 é inaugurado, no andar térreo do prédio da emissora, a Ufrgs TV, Núcleo de Produção da Univ/Ufrgs; o ano de 2006 marca o início dos preparativos para a comemoração dos 50 Anos da Rádio da Universidade e com a aquisição de um novo transmissor de *link*, começa o processo de conversão ao Sistema de Rádio Digital.

OUTROS EVENTOS DA PROGRAMAÇÃO:

- MOSTRA DE ARTES VISUAIS: de 5 a 17 de novembro, Sala Fahrion
- CICLO "RÁDIO NO CINEMA": dias 1, 4 e 5 de outubro,
- ENCONTRO DAS RÁDIOS E TVS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS: de 16 a 18 de novembro.

A Rádio da Universidade fica na Rua Sarmento Leite, 426, Campus Central, podendo ser sintonizada pelos 1080 AM ou acessada ao vivo através do www.ufrgs.br/radio.

O DNA da Educação



**Publicação do DNA
Brasil**
273 páginas
R\$ 20

Resultado do primeiro Programa Parlamentar, o livro traz as discussões e idéias mais importantes surgidas em um ciclo de encontros entre educadores e parlamentares realizado em maio de 2006 para discutir a educação brasileira. A publicação tem como objetivo enriquecer o trabalho de formuladores de políticas públicas, educadores, formadores de opinião e estudantes comprometidos com a reflexão, proposição e execução de soluções para a educação brasileira.

A Memória Lírica de Mario Quintana



Solange Fiúza Cardoso Yokozawa
Editora da UFRGS
300 páginas
R\$ 40

Escrito por uma ensaísta da Universidade Federal de Goiás, o livro é um estudo que revela, no seu desenvolvimento, uma não-conformidade, com algumas idéias difundidas no RS sobre a poesia quintaneana. Examinando a fortuna crítica e as teorias da lírica, a autora inscreve o poeta na história da lírica moderna, em diálogo com autores brasileiros e estrangeiros. O estudo, bem escrito e instigante, possibilita uma melhor compreensão da poesia de Mario Quintana, bem como da lírica moderna e modernista.

Vito Giannotti

HISTÓRIA das LUTAS dos TRABALHADORES no BRASIL



Vito Giannotti
Editora Mauad
315 páginas
R\$ 49

Destinado a todos os que querem conhecer a história da classe trabalhadora no País. O autor observa que, durante toda a vida escolar, os alunos estudam que a História se faz por meio dos reis, rainhas, grandes estadistas, almirantes, brigadeiros, generais, empresários e políticos. O trabalhador humilde, que ergue as construções, forja o ferro e o aço, lavra os campos, fia e tece, entre tantos outros ofícios, nunca é citado. Resultado de dez anos de pesquisa, para a qual Vito Giannotti consultou mais de 500 livros, além de jornais, revistas e outras fontes, o livro foi lançado em março passado. Com linguagem simples e acessível, o autor traça um panorama de toda a história da classe trabalhadora brasileira, desde suas origens, no começo da industrialização do País, cerca de 100 anos após a revolução industrial na Europa, até o ano de 2002, com a eleição de Lula, sempre contextualizando o Brasil na conjuntura internacional.

Brasileiro nascido na Itália, como bem aponta na apresentação o professor Rubim Santos Leão de Aquino, Vito Giannotti trocou a Faculdade de Filosofia pelo ofício

SINDICALISMO

O livro se propõe a "recuperar a consciência da classe trabalhadora através de sua história, da identificação de suas forças e fraquezas, de seus inimigos e de seus amigos, de suas misérias e de suas grandezas".

de trabalhador braçal – foi marítimo e nos anos 60 fixou-se no Brasil, trabalhando como metalúrgico, em São Paulo. Além do Brasil e dos trabalhadores e sua história, Vito é apaixonado por comunicação popular. Numa sociedade em que a grande mídia, com raras exceções, volta-se inteiramente para a defesa do mercado e do capital, ele entende que o trabalhador precisa criar a sua própria comunicação, para disputar hegemonia. Nos anos 60 e 70, lutou contra a ditadura militar e, como tantos que militaram naquela época, foi preso várias vezes. Nas lutas diárias como metalúrgico, tornou-se militante sindical e descobriu a importância de uma comunicação alternativa, popular, voltada para os interesses dos trabalhadores. Escreveu, entre outros, "O que é Estrutura Sindical" (Brasiliense), "CUT ontem e Hoje" (Vozes), "Força Sindical a Central neoliberal" (Mauad), "Muralhas da Linguagem" (Mauad), "O que é Jornalismo Operário" (Brasiliense) e "Comunicação Sindical arte de falar para milhões" (Vozes), este último em parceria com a jornalista Claudia Santiago.



Boas razões para ir ao teatro

Já no título, encontramos a primeira motivação. Trata-se de ver, ouvir e conhecer, sob uma ótica muito particular, um pouco mais da obra do saudoso Mario Quintana (Alegrete, RS, 1906-1994). Certamente, este argumento bastaria por si só. Afinal, estamos falando de um dos mais importantes nomes da poesia contemporânea. Entretanto, o que o roteiro escrito por Deborah Finocchiaro proporciona é mais que um intenso mergulho poético; é uma bem orquestrada intersecção de várias linguagens artísticas, que tem como ponto comum o universo simbólico do poeta. Mais, ainda: a peça é um estímulo à poesia.

"Sobre Anjos & Grilos" é um espetáculo multimídia, que tem como virtude unir o cômico, o lírico e o trágico em uma original partitura, na qual a atriz, unindo fala, gesto, poesia, artes plásticas e música, conta, recita e canta textos e poemas de Mario Quintana. Esta foi a forma encontrada por Deborah para reafirmar sua crença no poder da representação cênica como caminho de questionamentos e transformações. É, também, o caminho para espalhar a poesia mundo afora, como bem queria o poeta. "...Eu acho que todos deveriam fazer versos. Ainda que saiam maus, não tem importância. É preferível, para a alma humana fazer maus versos a não fazer nenhum..."

A montagem estreou no dia 23 de junho de 2006, no Teatro Bruno Kiefer da Casa de Cultura Mario Quintana, dentro das comemorações do centenário do poeta, conquistando grande visibilidade na mídia impressa e inúmeros elogios da crítica especializada. Este sucesso lhe conferiu a distinção de ser um dos trabalhos mais requisitados para apresentações na Capital e Interior do Estado, também ganhando dimensão nacional, com apresenta-

ções em São Paulo, promovidas pelo Sesc-Carmo e pelo Sesc-Santos; no Festival de Goiânia (onde foi ovacionado por mais de 800 pessoas); no Festival de Teatro de Piracicaba, além de ter participado do 13º Porto Alegre Em Cena, do 7º Caxias Em Cena e do Circuito Sesc-RS, quando percorreu cinco municípios gaúchos em outubro do mesmo ano. Recentemente, conquistou os prêmios de Melhor Espetáculo, Melhor Cenário (Zoravia Bettiol), Melhor Trilha Sonora (Chico Ferretti) e Melhor Atriz (Deborah Finocchiaro) no 14º Festival de Teatro de Florianópolis Isnard Azevedo. A respeito de sua performance, comentou o crítico teatral Jefferson Del Rios: "Há algo de novo acontecendo quando uma atriz levanta numa ovação 900 pessoas de um teatro lotado. Deborah Finocchiaro fez isto... Ela envolveu uma multidão de jovens na descoberta de um outro Mario Quintana além da imagem clássica do poeta solitário das coisas simples. Surgiu um Quintana maior e mais profundo, assim como - uma vez mais - surgiu a chama do talento apaixonado de Deborah Finocchiaro".

"Sobre Anjos & Grilos" contribui para mostrar uma outra face de Quintana, pois, além das poesias, trabalha com diversos textos e entrevistas nas quais ele aborda os mais variados assuntos e questiona valores da sociedade, da vida e da morte. Além disso, é mostrado seu refinado humor, elemento que, certamente, torna o espetáculo mais acessível ao público, abrindo, assim, espaço para a poesia. "Para mim, ser poeta significa ser gente. E ser gente, no meu caso, significa ser eu mesmo. É uma afirmação do meu eu. A poesia para mim não é uma fuga da realidade, como alguns pensam: é um aprofundamento da visão da vida e um aprofundamento em si mesmo. A poesia, para mim, é um instru-

"Sobre Anjos & Grilos – O Universo de Mario Quintana", montagem da Companhia de Solos & Bem Acompanhados, é um desses trabalhos que justificam abandonar o conforto de nossas poltronas – enfrentar estacionamento, flanelinhas, filas etc – para uma ida ao teatro. A montagem reúne, em uma produção cuidadosa, profissionais de destacada atuação no cenário artístico nacional, como a atriz Deborah Finocchiaro, que protagoniza a cena e divide a direção com Jessé Oliveira; a artista plástica e arte-educadora Zoravia Bettiol e o compositor Chico Ferretti. Além, é claro, da poesia de Quintana.

por **Silvia Abreu**
jornalista e produtora cultural

mento de reconhecimento do meu mundo, do mundo dos outros e, talvez, dos outros mundos...", analisa Quintana.

Além de estimular o exercício da leitura, a Companhia de Solos & Bem Acompanhados tem contribuído para a formação de um público apreciador de poesia. Observemos o que disse a estudante Vanessa Emmel, 25 anos, na pesquisa de opinião colhida após a apresentação: *"Antes acho que não gostava muito de poesias, mas a interpretação foi tão maravilhosa e me fez refletir. Achei lindo e, a partir de agora, passo a ter uma visão diferente sobre as poesias"*. O mesmo revelou a estudante de arquitetura Fernanda Oliveira, 23 anos: *"Nunca li sobre Quintana e fiquei absolutamente interessada"*. Opinião igual é compartilhada pela estudante Larissa Freitas, de 18 anos: *"Muito bom mesmo, pois desperta o interesse pela nossa literatura, incentivando o conhecimento"*. A advogada Sissy Soto, 28 anos, concorda: *"o espetáculo é muito lindo e nos ensina a gostar de poemas!"*.

"Sobre Anjos & Grilos" é, como atestam os depoimentos acima, um estímulo à poesia, como bem sintetizou a jornalista e crítica Marcela Benvegnu, (Jornal de Piracicaba, 24 de novembro de 2006, Piracicaba/SP): *"...o poema ganha forma. Atriz e projeção multimídia são na verdade um único corpo. O texto é construído de uma forma tão natural que às vezes é possível esquecer que se está ouvindo um poema. Aqueles que dizem não gostar de poesia deveriam assistir..."*.

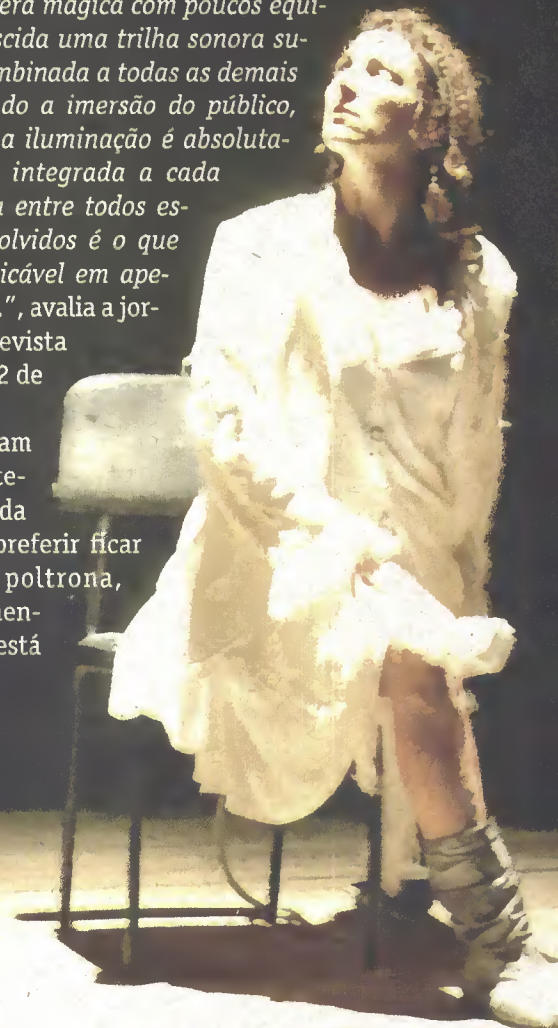
Outra razão que justifica ver "Sobre Anjos & Grilos" é apreciar o trabalho que a artista plástica e arte-educadora Zoravia Bettiol, que criou as imagens que ilustram o cenário da peça. É dela, também, uma série de 15 postais homenageando Quintana. Zoravia é uma referência mundial na gravura e uma das mais destacadas personalidades das Artes Plásticas no Brasil, cuja atividade tem se mantido constante nos últimos 50 anos. Sua produção é conhecida no mundo inteiro, mas, paradoxalmente, ainda desconhecida do público gaúcho. Recentemente, parte desta produção pôde ser vista, em exposição comemorativa no Museu de Arte do Rio Grande do Sul.

Não bastasse a presença de Zoravia, ainda há que se ressaltar o protagonismo de Deborah Finocchiaro, cujo desempenho neste trabalho lhe rendeu o Troféu Quero-Quero 2007 de Melhor Atriz, concedido pelo Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões (Sated-RS) e de Melhor Atriz no 14º Festival de Teatro de Florianópolis Isnard Azevedo. Nestes 20 anos dedicados ao teatro, obteve o reconhecimento da crítica e do público em diversas oportunidades, seja como diretora, seja como atriz. Deborah é conhecida das platéias brasileiras pelo espetáculo "Pois é... Vizinha", sucesso de público e crítica, em cartaz há 14 anos e com mais de 500 apresentações pelo Brasil e Argentina. *"Deborah Finocchiaro*

é uma das mais completas e talentosas atrizes que conheço. Transita do humor mais rasgado para a sinceridade mais comovente em questão de segundos, emprestando uma humanidade elogiável e dignas daquelas mulheres abençoadas pelos deuses do teatro com uma imensa e inesgotável capacidade de surpreender o público", comenta o diretor Luciano Alabarse.

No espetáculo, vários elementos artísticos – como cenário, figurinos, sonoplastia e iluminação – corroboram para criar um clima favorável à multiplicidade de cenas e situações que são sugeridas pelo texto e pelos poemas de Mario Quintana, proporcionando um conjunto harmonioso. As obras inéditas criadas por Zoravia Bettiol são projetadas em forma de quadros e animações em uma tela transparente disposta no fundo do palco, possibilitando a criação de um cenário virtual que demonstra as possibilidades do uso da tecnologia a serviço da criação humana. A atriz interage com estas imagens, redimensionando o espaço cênico. Este recurso é um dos pontos que revelam originalidade e inovação estética, características intrínsecas desta encenação. *"O palco chega a ficar pequeno para tanta energia, beleza e movimento poéticos... uma atmosfera mágica com poucos equivalentes. A isto é acrescida uma trilha sonora suave, deliciosamente combinada a todas as demais linguagens, completando a imersão do público, que ri, se emociona... a iluminação é absolutamente sincronizada e integrada a cada cena... A justa medida entre todos estes elementos bem-resolvidos é o que torna esta peça inexplicável em apenas verbo. ...Imperdível."*, avalia a jornalista Júlia Timm (Revista Eletrônica Cyberfam, 12 de setembro de 2006).

Se o que faltavam eram razões para ir ao teatro. Ei-las. Mas, se ainda assim, o nobre leitor preferir ficar em sua confortável poltrona, então, só me resta lamentar. Ele não sabe o que está perdendo.



País deve ganhar 150 escolas federais profissionalizantes

O governo federal promete implantar, no prazo de quatro anos, uma escola de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em cada um dos 150 municípios selecionados – batizados de cidades-pólo – abrindo mais de 200 mil vagas. A expansão integra um dos principais pontos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado no final de abril.

O MEC pretende ainda estabelecer uma rede nacional de formação de professores nas instituições federais, estaduais e municipais, com equipes técnicas de orientação escolar voltada para a educação profissional de nível médio. A intenção é utilizar os recursos e metodologias da educação a distância.

Para implementar a ação, que faz parte da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, serão investidos R\$ 500 milhões por ano para a manutenção e implantação do quadro de pessoal das escolas. Além disso, aproximadamente R\$ 750 milhões serão destinados para a construção de novas unidades. Somando todas as fases, a rede federal da EPT, que em 2005 tinha 144 instituições, chegará ao final de 2007 com 203, terminando 2010 com 350 escolas.

[Fonte: Em Questão]

Mais autonomia para as universidades

Portaria do MEC/MPOG, que altera de maneira significativa o critério de concessão de vagas docentes de 3º grau, dá autonomia às universidades para fazer concursos e prover cargos ou contratar substitutos, sem necessidade de autorização específica do governo, desde que haja cargo vago. Por outro lado, a portaria cria um novo conceito, denominado de professor-equivalente, que passa a ser a medida do banco de vagas de cada Instituição. O cálculo do número de professores-equivalentes leva em conta o Regime de Trabalho e o fato do Professor ser efetivo ou substituto. A Portaria ainda limita em 10% do quadro o número de Professores Titulares em cada Instituição. Texto na íntegra em www.adufrgs.org.br, seção documentos/documentos do MPOG.

[Fonte: Informativo Adufrgs]



Clarissa Pont

Ricardo Vilas em Porto Alegre

Uma parceria entre a Adufrgs, o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e o Instituto de Debates, Estudos e Alternativas de Porto Alegre (Idea) trouxe para a capital gaúcha o compositor e intérprete Ricardo Vilas, no início de maio. Ele veio para divulgar seu mais novo trabalho, o CD “Meu Caro Amigo”, que homenageia a canção de Chico Buarque e Francis Hime.

O show aconteceu na Casa dos Bancários e foi o primeiro evento cultural dentro da campanha “30 anos, 3000 sócios”, lançada recentemente pela Adufrgs. Vilas também participou do lançamento do documentário “Hércules 56”, de Silvio Da-Rin. O compositor foi um dos presos políticos trocados, em 1969, pelo então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Elbrick, e colocados dentro do avião da FAB (Hércules 56) rumo ao México.

EUA tentam minar acordo do G8 sobre aquecimento

A corrida rumo ao pós-Kyoto já começou. E mal. Os Estados Unidos estão tentando diluir uma declaração sobre aquecimento global que deverá ser feita no mês que vem, na reunião de cúpula do G8 (o bloco dos oito países mais industrializados do mundo), colocando-se em confronto com a anfitriã Alemanha. Em um rascunho da declaração, datado do mês passado e obtido pela agência de notícias Reuters, os Estados Unidos se opõem a uma proposta de limitar o aquecimento global a 2C neste século e a cortar suas emissões de gases-estufa em 50% abaixo dos níveis de 1990 em 2050.

Washington também ques-

tiona se as Nações Unidas são o melhor fórum para resolver como atacar a crise climática, e rejeita um trecho do documento que diz que os mercados de carbono são a chave para o desenvolvimento de tecnologias que não impactam o clima.

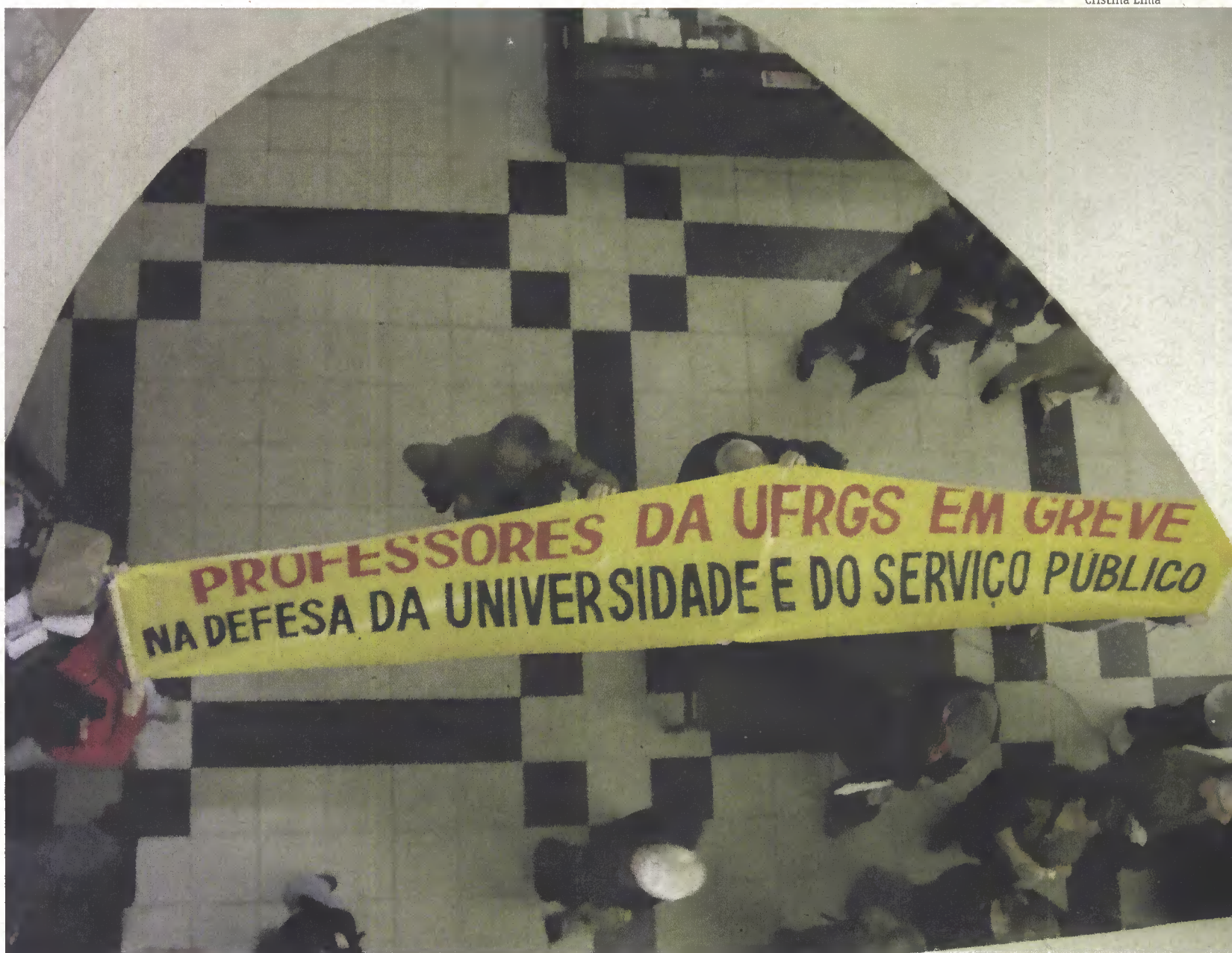
Os chefes de Estado do Reino Unido, Estados Unidos, Rússia, Canadá, Japão, Itália e França se reúnem de 6 a 8 de junho na cidade de Heligendamm, na costa do mar Báltico. Também foram convidados para o encontro os presidentes dos cinco gigantes do mundo subdesenvolvido: Brasil, México, China, Índia e África do Sul.

[Fonte: Folha de São Paulo]

a história

DE QUEM FAZ

Cristina Lima



2001

“O País enfrenta a maior greve de professores universitários dos últimos dez anos. A paralisação completou o primeiro mês batendo recordes: 49 das 52 instituições de ensino superior (incluindo universidades, centros tecnológicos e faculdades) estão paradas. Na greve anterior, de 1998, foram 39. A pós-graduação — normalmente alheia à movimentação grevista — suspendeu pela primeira vez boa parte de

suas atividades. Os alunos de 19 universidades também entraram em greve. Cerca de 100 mil servidores cruzaram os braços”. Assim começava a matéria publicada no Correio Braziliense do dia 24 de setembro de 2001. A greve daquele ano culminou em diversas manifestações na Ufrgs, como esta no prédio da Reitoria, e conquistou reajuste médio de 12,9%, depois de sete anos sem aumento.

